

Bancos e desenvolvimento industrial.

Uma revisão das teses de Gerschenkron à luz da história da Cervejaria Brahma, 1888/1917

Teresa Cristina de Novaes Marques

Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB)

Professora do Departamento de História da Universidade

de Brasília (UnB)

Abstract

By studying the case of Brahma Brewing Co. we examine an aspect of foreign capital investment in Brazil at the turn of the XXth century that is still insufficiently explained by economic historiography: foreign investments in industrial projects. Particularly, the relationship between banks, foreign trade companies and industries is barely understood. By examining data from Brahma Co. we find partnership links and a flow of capital among many enterprises that took place within the German business community in Brazil. The very nature of such links, based on solid contracts, is explained by the institutional environment that prevailed during the first decades of Republic, when many important changes in commercial legislation took place.

Resumo

A partir da história da Cervejaria Brahma, exploramos um aspecto do capital estrangeiro em atividade no Brasil na virada do século XIX que não foi esclarecido suficientemente pela historiografia econômica, qual seja, os investimentos estrangeiros em projetos industriais. Particularmente mal compreendida é a relação entre bancos, empresas comercial-exportadoras e indústrias. O exame da documentação da cervejaria Brahma revelou a existência de vínculos societários e fluxos de capitais entre empresas integrantes da comunidade de negócios alemã e a cervejaria. A natureza de tais vínculos, baseados em sólidas relações contratuais, guarda relação com o ambiente institucional vigente nas primeiras décadas da República, quando importantes reformas da legislação comercial foram realizadas.

1. O capital estrangeiro e investimentos industriais em uma economia capitalista retardatária

A compreensão do mecanismo institucional que permite financiar projetos industriais em uma economia agrário-exportadora desprovida de um vigoroso setor bancário é uma questão permanente na história econômica do Brasil. As tentativas para elucidá-la esbarram em dificuldades teóricas e de fontes. Assim, permanece essa lacuna na compreensão

O caso da Brahma revela facetas peculiares das estratégias adotadas pelos industriais dos anos 1890 para levar adiante planos de expansão

do processo histórico de crescimento da produção industrial brasileira entre a década de 1870 e os anos 30.

Voltamos a esse tema a partir do exame da trajetória da cervejaria Brahma, surgida no primeiro semestre de 1888 como uma pequena empresa e extraordinariamente ampliada ao longo da década de 1890, a ponto de praticamente partilhar o mercado doméstico de cerveja com a cervejaria Antártica, de São Paulo, surgida no mesmo ano como um grande projeto industrial para os padrões da época (LINS, 1967, p. 74; LLOYD, 1913). Como a trajetória da Brahma teve importantes pontos de contato com a do banco *Brasilianische Bank für Deutschland*, examinamos a possibilidade desse banco ter contribuído positivamente para o crescimento da cervejaria, a exemplo do papel desempenhado por grandes bancos alemães na industrialização alemã pós-1870.

A escolha do objeto se justifica porque o caso da Brahma revela facetas peculiares das estratégias adotadas pelos industriais dos anos 1890 para levar adiante planos de expansão. Em torno da empresa

gravitam bancos estrangeiros e empresas exportadoras, formando-se uma comunidade de negócios onde os dirigentes da Brahma encontraram financiamento para ampliar a empresa, contrataram gerentes e técnicos, fornecedores de matéria-prima e de equipamentos. Chama atenção o fato de o modelo de financiamento adotado ter se baseado, em larga medida, na emissão de debêntures, justamente uma modalidade de propriedade que sofreu importantes modificações no seu estatuto jurídico a partir de 1890. Como a legislação republicana foi particularmente pródiga em revestir as debêntures com garantias, criaram-se incentivos para os investidores aplicarem nesse tipo de títulos privados.

O estudo explora, primeiro, a atuação do capital financeiro estrangeiro em um setor muito dinâmico da indústria do País e, segundo, a prática de financiamento a projetos industriais, e as mudanças financeiras na legislação econômica instituídas pelo governo republicano. Supõe-se que o ambiente institucional do país que abriga o investimento, mais do que as práticas comerciais vigentes nas economias originárias do capital, determina os vínculos contratuais entre empresas produtivas e financeiras. Sugerimos a existência de tais vínculos e propomo-nos a discutir a natureza contratual dessas ligações a fim de elucidar a origem e a expansão de um importante ramo da indústria.

Como os liames da comunidade de negócios alemã no Brasil eram tecidos por pessoas que participavam ora de uma empresa, ora de outra, fazendo, com isso, circular saber técnico e informações sobre os empreendimentos, o estudo reconstituiu essa comunidade também a partir de pessoas que exerceram cargos-chave de comando. Não se trata de vício de uma concepção de história personalizada, como é usual encontrar em estudos de história

empresarial, mas uma metodologia de análise que leva em conta o papel dos indivíduos na construção de redes solidárias de negócios.

Do ponto de vista da história financeira, o que nos propomos neste ensaio não é inédito na historiografia econômica brasileira. Outros historiadores já sustentaram que os bancos estrangeiros que atuavam no Brasil entré o final do século XIX e o início do XX tiveram um papel importante no financiamento de projetos industriais. Saes e Szmrecsányi (1995) lembraram que o *London & Brazilian Bank* participou da origem e da afirmação das indústrias de Matarazzo, em São Paulo. Da mesma forma, esse banco teria um trato comercial estreito com a Cia. Nacional de Tecidos de Juta, pertencente ao industrial Jorge Street (SAES; SZMRECSÁNYI, 1995). Os autores mencionados encontraram indícios de negócios entre bancos estrangeiros e empresas industriais a partir de notícias e relatórios publicados em jornais da época.¹

No entanto, Ana Célia Castro, em um trabalho já clássico sobre a presença do capital estrangeiro na economia brasileira, não encontrou elementos para estabelecer uma relação entre bancos estrangeiros e investimentos industriais. Baseada em exaustiva pesquisa de fontes, a tabela matriz do livro dessa autora não traz qualquer informação no item chamado "Obrigações de Empresas" com respeito ao banco *London & Brazilian Bank*. O mesmo vazío se observa no campo relativo ao *Brasilinische Bank für Deutschland* (CASTRO, 1979, tabela matriz, p. 1 e 15). Considerando que o item "Obrigações de Empresas" da tabela matriz deveria revelar a participação acionária dos bancos em negócios industriais, ou a existência de um portfólio de investimentos em títulos de empresas produtivas, deparamo-

nos com um desencontro de visões entre os historiadores.

A falha estaria na metodologia de trabalho de Castro? Não, certamente, as fontes originadas nos demonstrativos bancários somente não esclarecem o relacionamento dos bancos com as indústrias. Mas, se o assunto vem à tona em Saes e Szmrecsányi e nós também o exploramos quando discutimos os vínculos entre a *Brahma* e o *Brasilianische Bank*, onde está o problema? Evidentemente, está na dificuldade de acesso a fontes das empresas, uma vez que a carteira de investimento dos bancos está obscurecida em rubricas dos balanços que pouco informam sobre o perfil de investimento dessas instituições. Essa lacuna do conhecimento histórico persiste no tempo, pois, como veremos, nem mesmo os serviços de inteligência do Departamento de Estado norte-americano foram capazes de estimar precisamente o montante dos investimentos diretos alemães na América Latina à época da Primeira Guerra.

Por certo, a estimativa dos investimentos estrangeiros em atividades produtivas constitui um problema para a produção histórica, mas a mera constatação da existência de vínculos entre empresas não esgota a questão. Há que se investigar o modo como essas relações comerciais se estabeleciam e se seguiam ao mesmo padrão das práticas de mercado dos países de origem. No caso em questão, propomo-nos investigar se é aplicável ao Brasil o modelo de relacionamento banco-indústria proposto por Gerschenkron e discutido por copiosa literatura sobre o desenvolvimento capitalista alemão.

A estimativa dos investimentos estrangeiros em atividades produtivas constitui um problema para a produção histórica

¹ Dez anos antes, Saes e Szmrecsányi (1985) sustentaram que a presença do capital estrangeiro em atividades industriais entre 1880 e 1930 fora secundária.

O ensaio se desdobra em seis seções. Na primeira seção, apresentamos o problema a ser examinado. Passamos à segunda parte, que discute o papel dos bancos no crescimento econômico alemão a partir dos anos 1870 e o modo de atuação de bancos alemães no exterior, em particular, na América Latina. Em seguida, a terceira seção examina

a trajetória da *Brahma* desde a fundação e o papel da comunidade de negócios alemã no crescimento da cervejaria. A quarta parte examina atritos no seio dessa comunidade com o propósito de mostrar que a afinidade de interesses nem sempre

O primeiro ponto a ser examinado é a evolução do sistema bancário da Alemanha

resultava numa convivência harmoniosa entre empresas estrangeiras, como parecem sugerir as leituras marxistas do imperialismo europeu pré-1914. A quinta seção discute o impacto da Primeira Guerra sobre os investimentos alemães mais próximos à *Cia. Brahma*. Segue-se a conclusão.

Vejam, portanto, os passos dados na construção de um sólido grupo de interesses de capitais estrangeiros em torno da *Brahma*.

2. Bancos e o desenvolvimento econômico

O primeiro ponto a ser examinado é a evolução do sistema bancário da Alemanha. Antes, porém, vejamos as linhas gerais da história do sistema bancário inglês, uma vez que Gerschenkron toma o desenvolvimento histórico desse país como o padrão do crescimento econômico industrial, com o qual compara a trajetória da economia alemã (CAMERON).

No Reino Unido, nas primeiras décadas do século XIX, à parte o Banco da Inglaterra, responsável pela gestão e emissão de moeda, pelo entesouramento de

ouro e prata, pelo financiamento ao governo, existia um sem-número de pequenos bancos regionais. Esses bancos contavam com pouco volume de depósitos, mas tinham, em compensação, um estreito relacionamento comercial com os industriais da região. Com tal grau de conhecimento do andamento dos negócios locais, os banqueiros emitiam notas bancárias que substituíam as sempre escassas moedas do Banco da Inglaterra e concediam empréstimos de curto prazo aos empresários. Entretanto, não poderiam fazer mais, porque estavam restritos legalmente a operar apenas como bancos de responsabilidade ilimitada e não podiam emprestar além do montante de depósitos de que dispunham (DEANE, capítulo XI). Contudo, não parece ter sido essa uma restrição ao crescimento industrial britânico, financiado, basicamente, a partir do reinvestimento de lucros e, apenas de modo secundário, com o aporte de capitais de curto prazo do fragmentado sistema bancário.

À mesma época, o setor bancário alemão guardava semelhanças com o britânico. Havia pequenos bancos, cujos dirigentes participavam da mesma comunidade de comerciantes, partilhavam com eles informações sobre a viabilidade das operações e lhes concediam empréstimos para facilitar o giro comercial. No entanto, a adoção de tecnologias mais avançadas – como o vapor – e o desenvolvimento de projetos industriais exigiam maior volume de capitais do que esses bancos poderiam oferecer (TILLY, 1967). Nos anos 1840, os empresários não poderiam buscar crédito nas tradicionais casas bancárias, como a de Bleichröder ou a ramificação alemã da família Rothschild. Esses bancos, que Gerschenkron denomina tradicionais, especializaram-se em financiar dívidas públicas e realizar operações de câmbio. Os industriais também não encontrariam financiamento de maior vul-

to no Banco da Prússia, que privilegiava operações com garantias hipotecárias, especialmente propriedades fundiárias. A criação do *Reichsbank* em 1875, parte do processo de unificação nacional em curso desde 1871, não teve como propósito ampliar a oferta de crédito a projetos industriais. Antes, visou a gerir a moeda de modo ortodoxo, garantindo a permanência do país nos limites do padrão-ouro (TILLY, 1967).

No entanto, a aceleração da atividade industrial foi correspondida pelo crescimento no número e na capacidade financeira de bancos comerciais que, a partir dos anos 1850, puderam se constituir como sociedades anônimas e passaram a conceder formas inovadoras de crédito, sob a forma de letras de câmbio renováveis e, mesmo, capitais de giro. Justamente, as letras de câmbio passaram a ocupar lugar fundamental no relacionamento banco-indústria, em face da prática disseminada de estender o prazo de vencimento desses papéis, tornando créditos de curto prazo, na verdade, em créditos de médio e longo prazos.² Outro papel exercido pelos bancos e que a literatura econômica considera fundamental para a superação do atraso econômico alemão, relativamente à Grã-Bretanha, foi o de intermediar investidores e empresas para a colocação de papéis dessas últimas no mercado (TILLY, 1967). Avaliar o peso da primeira forma de atuação dos bancos – por meio de créditos renováveis – e da segunda forma – pela intermediação no mercado de capitais – tem sido a preocupação dos pesquisadores.

A importância dos bancos na comercialização de ações e títulos de empresas explica-se pelas limitações legais do mercado de capitais na Alemanha, que impu-

nham custos tributários elevados para as empresas levantarem capital no mercado secundário³, além da preferência dos investidores por títulos da dívida pública. Com bancos filtrando informações aos investidores acerca da rentabilidade estimada dos projetos industriais, estabeleceu-se um fluxo de renda entre poupadores dispersos e industriais. De outra forma, a tendência do mercado seria a de perpetuar a aplicação conservadora e previsível em papéis do governo (TILLY, 1967).

Essa peculiar relação banco-indústria, de várias faces, como se vê, suscitou grande interesse do governo norte-americano no entreguerras e, desde o advento da contribuição de Gerschenkron, vem sendo objeto de vívido debate acadêmico. Dentro do pensamento desse autor, o ambiente institucional que promove a industrialização seria composto, primeiro, pelo relacionamento estreito entre bancos e indústria, segundo, pela escolha de grandes plantas industriais que proporcionassem plenos ganhos de escala com o uso da tecnologia disponível em fins do século XIX, por fim, pela absorção de tecnologias de ponta. Essas questões, surgidas a partir da experiência histórica alemã, deram origem a um amplo programa de pesquisa, como denomina Herrigel (1996, p. 1-32).

Assim, inspirados em Gerschenkron, pesquisadores se debruçaram sobre o modelo explicativo desse autor encontrando elementos que sustentam o acerto das suas proposições, ao lado de outros fatores que invali-

*Essa peculiar relação
banco-indústria suscitou
grande interesse do
governo norte-americano
no entreguerras*

² Gerschenkron (1966, p. 14) considera ter sido essa a principal inovação institucional alemã no que tange ao financiamento de atividades industriais: créditos de curto prazo que se convertiam em longo prazo, associados à supervisão atenta dos bancos nos conselhos administrativos das indústrias, permitiram que a Alemanha se aproximasse, rapidamente, das demais potências industriais.

³ Esse aspecto do sistema financeiro alemão foi apontado por Riesser (1911). O argumento de Riesser tem sido reproduzido em quase todos os estudos do desenvolvimento alemão, a exemplo de Neuberger e Stokes (1974).

dam essas idéias e que se mostram incapazes de servir de instrumentos de compreensão do desenvolvimento histórico de economias retardatárias.

No que diz respeito ao papel dos bancos, Gerschenkron enfatiza a importância do sistema de empréstimos de curto prazo renovados continuamente. No entanto, a re-

visão historiográfica desse aspecto das inovações institucionais alemãs questiona o papel positivo dos bancos na superação do atraso dessa economia. Mesmo a participação ativa dos bancos na administração de empresas, por meio da presença em conselhos diretivos, não

é mais considerada decisiva, pois o acúmulo de informações mostrou-se superior à capacidade de processamento (NEUBURGER; STOKES, 1974).

Caminha-se hoje para um programa de pesquisa que enfatiza o cotidiano das relações banco-indústria na Alemanha, buscando reconstituir as fases de maior aproximação entre essas empresas e de maior independência das indústrias frente aos bancos. Acredita-se que, após a crise da década de 1890, uma parcela expressiva dos investimentos foi realizada com recursos próprios das empresas (EDWARDS; OGILVIE, 1996). Wellhöner retoma o achado de Tilly e argumenta que os bancos tiveram uma importância menor no desenho das estratégias de expansão do setor industrial alemão, ocupando, ao invés, um papel relevante apenas como intermediários entre as empresas produtivas e o mercado de capitais (WELLHONER, 1989 apud HERRIGEL, 1996, p. 292). [Sobre a distribuição de crédito dos maiores bancos, já se avaliou que a preferência desses por grandes empresas de setores concentrados, como siderurgia, quí-

mica e eletricidade que promoveram uma oferta enviesada de crédito, privilegiando setores oligopólicos em detrimento de numerosos outros setores industriais] (NEUBURGER; STOKES, 1974).

Recentemente, Herrigel investigou bancos e indústrias de menor porte e encontrou um padrão de relacionamento distinto daquele mantido entre os *Kreditbanken* e as grandes empresas do país (HERRIGEL, 1996).

No plano da investigação teórica sobre o papel dos bancos no crescimento econômico, Richard Sylla sugeriu que se revissem as teses de Rondo Cameron, largamente inspiradas em Gerschenkron. Sylla sustenta que o enfoque centrado nos bancos deixou lacunas de conhecimento sobre a atuação de outros intermediários financeiros. Sylla propõe que se investiguem os sistemas financeiros de modo integrado, considerando bolsas, bancos, regulação legal, direitos de propriedade e condução da política monetária. Todos esses elementos combinados, e não somente os bancos, podem contribuir para a superação do atraso ou mesmo para a permanência na situação de subdesenvolvimento (SYLLA, 1998).

Como se vê, é amplo o espectro do debate em torno do binômio banco-indústria no desenvolvimento econômico. Seja no plano da investigação teórica, seja no plano da investigação histórica sobre a peculiar trajetória da economia alemã entre os anos 1870 e 1914.

No entanto, se o sistema bancário da Alemanha pré-guerra desperta grande interesse e recebe tanta atenção, o mesmo não acontece com a presença de bancos alemães em economias periféricas, especialmente na América Latina até a Primeira Guerra. Desconhecem-se detalhes do *modus operandi* desses bancos na região e devemos evitar a idéia de que as práticas bancárias alemãs tivessem sido empregadas, sem ajustes, às circunstâncias econômicas e institucionais

Caminha-se para um programa de pesquisa que enfatiza o cotidiano das relações banco-indústria na Alemanha

de países como o Brasil. Para superar essa lacuna no conhecimento, examinemos aspectos da trajetória do capital financeiro alemão no Brasil.

Foram três os mercados alvos de capitais alemães na América do Sul: o argentino, o maior e mais promissor deles, o brasileiro e o chileno. Além da América Latina, o Oriente Médio e o Império Otomano também receberam investimentos de bancos alemães. Eram vários os objetivos dessa investida no comércio mundial, acelerada a partir de meados da década de 1880. O maior deles era amparar o comércio exterior alemão de modo a ampliar a presença das exportações da indústria do país em mercados ainda sob a hegemonia comercial britânica e, em consequência, construir uma zona de comércio do marco alemão (YOUNG, 1992). Além disso, os capitais teutos também buscavam participar do mercado de empréstimos a governos de países periféricos. Nesse particular, os bancos alemães tomaram parte desse comércio ingressando em consórcios de capitais, tradicionalmente liderados por casas bancárias sediadas em Londres, e só romperam esse acordo tácito de partilha de mercados na virada do século XX, como afirma Young em seus trabalhos.

Para operar na Argentina e no Brasil, grandes bancos alemães constituíram filiais a partir de 1886. Na Argentina, o *Deutsche Bank* fundou o *Deutsche Ueberseebank*, em 1886, sendo que apenas em 1911 surgiria a filial brasileira sob o nome de Banco Alemão Transatlântico. Em dezembro de 1887, a reunião em consórcio dos bancos *Disconto Gesellschaft*, de Berlim, e *Norddeutsche Bank*, de Hamburgo, deu origem, no Rio de Janeiro,

ao *Brasilianische Bank für Deutschland*. Uma instituição similar seria criada no Chile no ano de 1895 (YOUNG, 1992).

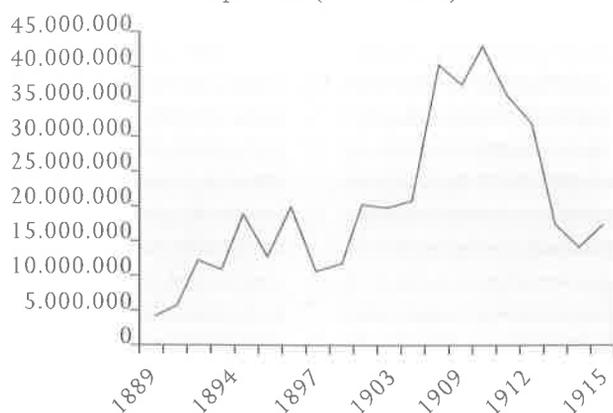
Não por acaso, Hamburgo foi escolhida para abrigar a matriz dos empreendimentos no Brasil e no Chile, uma vez que o porto dessa cidade já constituía a porta de entrada de mercadorias vindas da América Latina e de grande aceitação no mercado alemão: café e mate brasileiros, além do salitre chileno. De Hamburgo também provinham as mercadorias que o Brasil importava daquele país: manufaturas, equipamentos, produtos químicos e cereais (inclusive a cevada usada na indústria cervejeira).

O *Brasilianische* iniciou operações no Rio de Janeiro em 1888, abriu filiais em São Paulo e Santos em 1895, uma filial em Porto Alegre, no ano de 1907, e outra em Salvador, a partir de 1909 (*DEUTSCHE BANK*). No momento de constituição, o capital social foi estabelecido em 10 milhões de marcos, que foi ajustado para 15 milhões de marcos em 1913. Às vésperas da Primeira Guerra, o banco atuava no mercado de câmbio, mantinha sólidas ligações com o comércio de café, borracha e cacau, era credor de títulos de ferrovias brasileiras e de dívidas de governos (da União, de Estados e municípios), além de financiar a crescente comunidade de negócios alemã existente no Brasil.

Uma visão em perspectiva do crescimento dos negócios do banco pode ser obtida no gráfico que se segue, que mostra a evolução dos depósitos.

Hamburgo foi escolhida para abrigar a matriz dos empreendimentos no Brasil e no Chile

Gráfico 2.1. *Brasilianische Bank für Deutschland*: volume de depósitos em marcos alemães
Depósitos (em marcos)

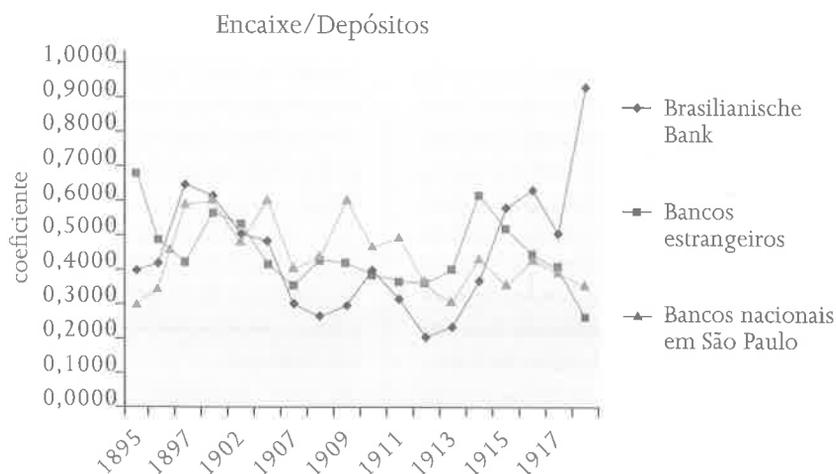


Fonte: DEUTSCHE BANK.

Do **gráfico 2.1** é interessante ressaltar o intervalo entre 1907 e 1914, que mostra o crescimento no volume de depósitos. Uma tendência que se sustentou até o primeiro semestre de 1914, caindo a seguir. Dado que a historiografia econômica assinala o período entre 1906 a 1913 de crescimento da economia, ao que parece, isso se refletiu no nível de depósitos do *Brasilianische*. Esse período de ex-

pansão dos negócios do banco se manifesta também no indicador encaixe/depósitos, que revela o perfil da administração bancária, se conservadora ou mais exposta ao risco. Isso é mostrado no próximo gráfico, que compara a relação entre o nível de encaixe e os depósitos do *Brasilianische*, um conjunto de bancos estrangeiros que atuavam na praça comercial de São Paulo e bancos nacionais da capital paulista.

Gráfico 2.2. Comparação entre o nível de encaixe/depósitos do *Brasilianische* e outros bancos em São Paulo



Fontes: Berichten der Direction (Relatórios da Diretoria) (DEUTSCHE BANK); coeficiente de valores em marcos alemães. Bancos estrangeiros e bancos nacionais em São Paulo (capital): Saes (1986, Apêndice); coeficiente de valores em mil-réis.

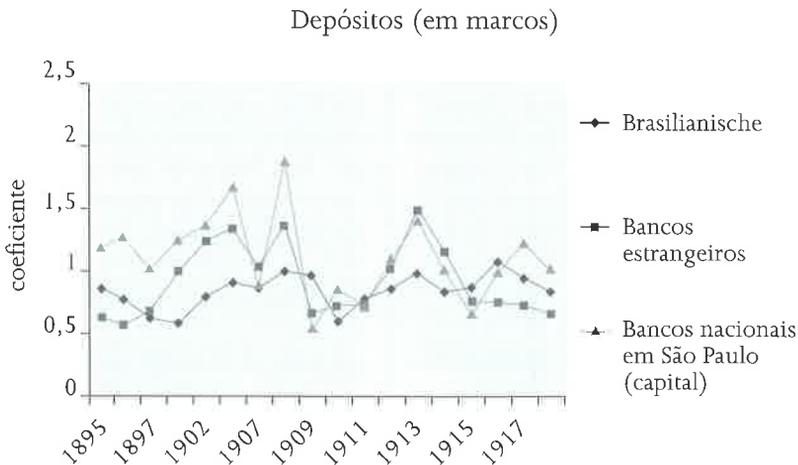
Do mesmo modo que no **gráfico 2.1**, neste último devemos observar o comportamento do indicador encaixe/depósitos no intervalo entre o ano de 1907 e 1913, quando o aumento no nível de depósitos não foi respondido com proporcional aumento do encaixe. Ao contrário, esse foi mantido na média de 28% dos depósitos. Comparativamente aos demais bancos estrangeiros, os números do *Brasilianische* mostram que havia mais dinheiro disponível para aplicações e empréstimos, enquanto os bancos nacionais da capital paulista apresentam um comportamento ainda menos conservador no que diz respeito ao encaixe.

Em compensação, o nível de reservas do *Brasilianische*, que havia sido mantido na média de 2 milhões e 500 marcos nos exercícios de 1907 a 1910, começou a crescer e triplicou já no exercício de 1913. Com o início da guerra, a administração adotou medidas mais conservadoras, elevando o

nível de reservas, que chegaram a 7 milhões de marcos em 1919 sem, no entanto, conter o volume de empréstimos.

De fato, entre 1914 e 1919 os empréstimos cresceram em relação aos depósitos, chegando a representar a média de 95% desses últimos, como mostra o **gráfico 2.3**. Não houve, portanto, uma restrição da oferta de crédito aos clientes durante a fase mais aguda da guerra, e eventos relacionados à *Brahma* nesse período corroboram a disposição do banco em manter linhas de crédito a clientes solváveis mesmo durante o momento econômico ruim. Disso se conclui que a administração das filiais do banco no Brasil buscou reduzir sua exposição ao risco conjuntural, sem, no entanto, cortar abruptamente o crédito de seus clientes, como a *Brahma*, que atravessou os anos da guerra às voltas com aumento de custos operacionais e queda nas vendas.

Gráfico 2.3. Relação entre empréstimos e depósitos



Fontes: *Berichten der Direction (Relatórios da Diretoria) (DEUTSCHE BANK)*; coeficiente de valores em marcos alemães. *Bancos estrangeiros e bancos nacionais em São Paulo (capital): Saes (1986, Apêndice)*; coeficiente de valores em mil-réis.

Esses dados indicam como o banco reagiu às circunstâncias econômicas do País, mas pouco pode ser dito de forma conclusiva sobre a oferta de crédito a empresários. Principalmente, a questão que percorre o nosso estudo está centrada no tipo de crédito que o banco oferecia, se limitado ao capital de giro de curto prazo, ou ampliado para empréstimos de maior prazo de liquidação. Com relação ao comportamento do crédito, o **gráfico 2.3** sugere apenas que no período entre 1907 e 1910 o banco concedeu proporcionalmente mais empréstimos com relação aos depósitos.

É mesmo difícil formar um juízo definitivo sobre o significado econômico e contratual das várias modalidades de crédito registradas no ativo do banco ao longo do período examinado. As dificuldades vão além do sentido estrito do termo contábil em alemão, estendendo-se à interpretação econômica que pode ser dada aos números. Nos balanços analisados, que abrangem, com falhas, os anos de 1888 a 1919, encontramos as seguintes rubricas do Ativo: *Wechsel Bestände*, traduzível por letras de câmbio existentes, *Darlehen gegen Unterpfind*, empréstimos mediante penhor, *Lombard Bestände*, também traduzível por crédito sob hipoteca, *Debitoren*, algo como debitado, *Wertpapiere Bestände*, papéis ou títulos de valor existentes. A distribuição dos créditos por uma e outra modalidade varia no tempo, predominando, até 1914, o registro de operações por letras de câmbio, penhor e hipoteca.

A começar pelas letras de câmbio, Young afirma ter sido esse um instrumento usual para oferecer crédito de curto prazo a importadores e exportadores (YOUNG, 1992). No entanto, as demais rubricas, à exceção de *Debitoren*, que podemos tomar como crédito de curto prazo em conta corrente, são

obscuras do ponto de vista contratual e podem representar tanto empréstimos hipotecários de longo prazo quanto operações com debêntures de empresas industriais.

A partir dos balanços, portanto, não há como afirmar que a prática bancária ressaltada por Gerschenkron de oferecer créditos em conta corrente renováveis, que se transformavam de empréstimos de curto prazo em operações de maior tempo de maturação, tenha sido adotada no Brasil pelo *Brasilianische*. Tampouco se sustenta uma negativa taxativa da participação do capital estrangeiro no financiamento a empresas industriais.⁴

Os contemporâneos não foram mais precisos ao avaliar os investimentos diretos de bancos alemães nas economias latino-americanas. Um estudo do *Bureau of Trade Intelligence*, uma divisão de inteligência criada pelo Departamento de Comércio norte-americano em 1915 para avaliar o potencial dos mercados latinos a investimentos dos EUA, simplesmente excluiu dos investimentos diretos as participações cruzadas entre empresas da comunidade de negócios alemã, além de estoques em poder de firmas alemãs e letras de câmbio. Contabilizados como investimento direto estavam os capitais investidos em casas comerciais, minas e propriedades agrícolas. Essa forma de inversão representava 35,2% do total do capital alemão presente na região, excluindo-se os navios internacionais. O restante do capital germânico se apresentava como títulos de governos, bancos e serviços públicos. A estimativa do total, auto-reconhecida como conservadora, era de 2,92 milhões de marcos, ou 700 milhões de dólares ao final de 1918. Não por acaso, resta hoje vívida controvérsia em torno da estimativa do total do capital alemão aplicado no exterior à véspera da guerra.⁵

⁴ A exemplo do estudo de Hanley (1995, p. 232) sobre o mercado de capitais em São Paulo da virada do século XX.

⁵ Young (1988) estima em 4,5 milhões de marcos (1.100 milhões de dólares) os investimentos germânicos na América Latina em 1914. Desse valor, metade é representada por aplicações diretas (ações e sociedades).

A saída para o impasse criado pelas informações vagas fornecidas pelas fontes é investigar a trajetória de uma empresa industrial. Passamos agora à reconstituição das fases do relacionamento comercial entre a Cervejaria Brahma e o banco *Brasilianische*.

3. A origem e a expansão da Cervejaria Brahma

A Brahma, como já foi mencionado, surgiu no ano de 1888, como uma manufatura de cerveja de alta fermentação, fundada pelo suíço J. Villiger. Em 1894, Villiger passou o negócio ao cervejeiro Georg Maschke. Em outubro do ano seguinte, Maschke firmou sociedade com o comerciante alemão J. Baptist Friederizi, proprietário do restaurante Stadt München, localizado na Praça Tiradentes, então o centro nervoso da noite carioca, repleto de teatros, restaurantes e boêmios. Maschke e Friederizi constituíram a firma Georg Maschke & Cia.⁶ Maschke assumiu o papel de sócio-gerente, responsável pelo dia-a-dia da cervejaria; Friederizi era um dos sócios capitalistas. Heinrich Hoelck, genro de Friederizi, era o outro sócio-gerente.⁷ A Brahma de 1894 a 1934 (BRAHMA, caixa 95).

Em termos legais, Georg Maschke & Cia. era uma sociedade em comandita por ações. Tratava-se de uma modalidade de associação de capitais em que havia dois ou mais sócios-gerentes e um número não definido de sócios entrava apenas com o capital para o negócio. Os primeiros deti-

nham poder de administrar, e os comanditários (capitalistas) não participavam da administração. Em compensação, os sócios-gerentes assumiam a responsabilidade ilimitada por todas as dívidas, compromissos e obrigações sociais. Já os sócios comanditários se responsabilizavam, apenas, pela quota de capital que tivessem subscrito. Os sócios capitalistas podiam convocar assembléias e dispunham de instrumentos para fiscalizar os negócios da empresa. Podiam inclusive, destituir os gerentes, fazendo valer uma decisão tomada em assembléia.⁸

Havia sensíveis diferenças entre as comanditas e as sociedades anônimas. Em primeiro lugar, nas comanditas, as duas modalidades de sócios tinham diferentes responsabilidades, o que representava um incentivo aos sócios capitalistas para investir em negócios organizados sob esse estatuto jurídico. Um inconveniente residia no fato de que as comanditas por ações deviam ser dissolvidas com a morte de um dos sócios-gerentes, enquanto que as anônimas perduravam independentemente dos acionistas. Uma vantagem era que, assim como as sociedades anônimas, as comanditas estavam autorizadas a emitir debêntures, com garantias ainda maiores aos portadores, uma vez que os bens dos sócios capitalistas poderiam vir a ser arrolados em caso de falência da sociedade.⁹

De resto, o estatuto jurídico das comanditas era bem mais sim-

Havia sensíveis diferenças entre as comanditas e as sociedades anônimas

⁶ A autorização para a constituição da firma Georg Maschke & Cia. foi publicada no Diário Oficial de 2/10/1895.

⁷ A Brahma de 1894 a 1934 (BRAHMA, caixa 95)

⁸ Veja-se o Regulamento das companhias ou sociedades anônimas (art. 290 a 305), que acompanhou a publicação do decreto no 603, de 20/10/1891. Este decreto regulou o decreto no 434, de 4/7/1891, que consolidou disposições sobre sociedades anônimas (sendo as comanditas por ações reguladas pelo mesmo texto legal).

⁹ Foi essa a reforma institucional republicana de maior impacto sobre o mercado de títulos. A partir da lei de sociedades anônimas de janeiro de 1890, os portadores de debêntures passaram a ter prioridade em caso de falência. Esse dispositivo foi mantido nas várias reformas da lei de falências realizadas nos anos seguintes (1891, 1902, 1908, 1929) (SOUZA, 1898; MENDONÇA, 1933, v. III, p. 273).

ples do que o das anônimas, implicando, seguramente, em custos administrativos menores. As primeiras entravam na categoria de associação de pessoas, misto de capitais; as segundas eram unicamente associação de capitais.

Cedo, em 1891, a Antártica converteu-se para a modalidade de sociedade anô-

nima, de modo a abrigar um número maior de investidores e ampliar sua capacidade de produção; a Brahma ainda permaneceria uma comandita por ações até o ano de 1904.

Nos primeiros anos, o carro-chefe das vendas da Brahma era a cerveja escura e amarga, de tipo

München, como de resto, igual ao produto de muitas outras cervejarias que havia pela cidade. Era preciso ampliar o negócio, passar a produzir em escala industrial, como cerveja de baixa fermentação, bem como diversificar a linha de produção. A saída para a escassez de recursos próprios era buscar associação com outras empresas pertencentes à comunidade de negócios alemã no Brasil. Assim, Maschke negociou um pedido de empréstimo com a firma Herm. Stoltz & Cia. para adquirir equipamentos e ampliar as instalações da fábrica. Esse empréstimo foi no valor de 278.223,88 marcos alemães, cotados a 378:384\$480 mil-réis, conforme se lê no balanço da Brahma concluído em dezembro de 1896¹⁰. Em complemento à concessão de crédito, ou talvez como exigência imposta na negociação, Maschke firmou um contrato privado com a Herm. Stoltz & Cia., em março de 1896¹¹. Por esse contrato, cabia a Stoltz fornecer matéria-prima originada no mercado europeu, especial-

mente no alemão. Stoltz também foi incumbido de distribuir parte da produção da Brahma nos mercados costeiros do Brasil. Entretanto, essa não foi uma relação isenta de atritos, como ainda voltaremos a discutir.

Essa firma tinha sede em Hamburgo. Pertencia ao cidadão alemão Herman Stoltz, que esteve no Brasil desde a fundação da empresa, em 1883, até o início do século XX, quando deixou os negócios ao encargo de seu filho Hans Stoltz. Da empresa saíram vários nomes que fizeram parte da história da Brahma, a começar por Hoelck, sócio capitalista de Maschke, que exercia o cargo de gerente-geral da Herm. Stoltz no Brasil, quando foram realizadas as negociações do empréstimo de 1896. Outro nome egresso da Stoltz era J. Künning, que se tornou presidente da Brahma de 1907 até 1938, ano de sua morte.

A Stoltz realizava múltiplas atividades. Operava no mercado de importações, no de seguros e de cabotagem, fretando navios que percorriam o litoral brasileiro distribuindo mercadorias das indústrias do centro-sul. Cabotagem, representação comercial de fábricas de locomotivas e navios, importação de mercadorias diversas, não havia fronteira nítida entre a empresa mercantil e a financeira (LLOYD, 1913). Entre casas de importação e exportação como a Stoltz, indústrias e bancos alemães, constituiu-se um circuito mercantil, no qual alguns homens receberam treinamento e saíram de suas firmas originais para ocupar postos-chave na rede de negócios que se formava. No centro de tudo, estava a cidade de Hamburgo, sede dos bancos e das empresas mais importantes que operavam no Brasil.

Convencer Stoltz da viabilidade do negócio proposto por Maschke parece não ter sido

¹⁰ Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896 (DEUTSCHE BANK).

¹¹ Memorial de abertura de processo de litígio entre a Cia. Cervejaria Brahma e Herm. Stoltz & Cia, 1909 (BRAHMA, caixa 02).

tarefa difícil, mas a necessidade de crédito para ampliar a cervejaria ia além da quantia oferecida pela comercial-importadora. Coube a Hoelck negociar junto ao banco *Brasilianische Bank für Deutschland*, na filial do Rio de Janeiro, um novo aporte de recursos. Com os empréstimos obtidos até julho de 1896, fora possível adquirir mais uma máquina frigorífica, tipo Linde nº 4, que se juntou a outra, Linde nº 6, que já estava em funcionamento na fábrica. Como a operação das máquinas de refrigeração exigia, foram adquiridos mais dois compressores, somando agora quatro em operação na fábrica; também foi comprada uma caldeira a vapor de 100 cavalos e ampliado o sistema de iluminação elétrica da linha de produção.¹²

O objetivo de Maschke era aumentar a capacidade de produção para 42 mil hectolitros anuais, e converter o sistema de produção de alta para baixa fermentação. Essa ma-

nobra traria sensíveis vantagens econômicas para a cervejaria, relativamente às empresas concorrentes, mas exigia a construção de adegas adequadamente climatizadas para garantir a estocagem do produto. Com isso, seria possível produzir cerveja meses antes do pico de demanda do verão.

Buscou-se um empréstimo de 800 mil contos de réis no *Brasilianische Bank für Deutschland*. Esse banco foi incorporado ao *Deutsche Bank*, em 1929. Eis a razão pela qual os documentos relativos ao pedido de empréstimo da Brahma estão hoje preservados em Frankfurt, no Arquivo Histórico do *Deutsche Bank*. Constituem o conjunto de informações mais remoto de que se tem notícia acerca da situação financeira da empresa. Revelam, contudo, uma situação patrimonial pouco confortável, mostrada no balanço da empresa, reproduzido a seguir.

Tabela 1. Balanço anual da Cervejaria Brahma, 31/12/1896

Ativo		Passivo	
Conta	valor (mil réis)	Conta	valor (mil réis)
1.Terrenos	125:662\$400	Capital (30/6/96)	900:000\$000
2.Edifícios	636:063\$708	Hipotecas (30/6/96)	250:000\$000
3.Máquinas (30/6/96)	682:387\$965	Letras de câmbio	57:777\$510
4.Equipamentos elétricos	15:913\$986	A G. Maschke	19:121\$280
5.Equipamentos a vácuo	131:748\$130	Herm. Stoltz & Co (Mk 278 223,88)	378:384\$480
6.Cuba, barris em dep., etc.	61:734\$765	Credores diversos	157:997\$120
7.Utensílios de fábrica	40:214\$120	Herr Friederizi	143:647\$740
8.Outros utensílios	32:658\$330	Herr Schumann	22:878\$690
9.Animais de tração	42:657\$860	Reservas estatutárias	9:974\$300
10.Restaurante, rua Lavradio, 58	6:600\$000	Amortização (30/6/96)	82:000\$000
11.Herm. Stoltz & Co (cerveja + conta)	132:245\$520	Gratificação Cons. Fiscal	3:500\$000
12.?? [ilegível]	4:356\$780	?? [ilegível]	15:291\$220
13.Caixa + dep. Bancos	26:420\$469	Dividendo	45:000\$000
14.Estoque (malte, garrafas, rolhas, etc.)	192:340\$610	Lucros e perdas	45:432\$303
	2:131:004\$643		2:131:004\$643

Fonte: Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896 (DEUTSCHE BANK).

¹² Carta de Georg Maschke a Heinrich Hoelck, 9/7/1896 (DEUTSCHE BANK); Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894 (BRAHMA, caixa 95).

Fazendo-se as contas dos ativos de imediata liquidez e das dívidas que oneravam a empresa, chega-se à seguinte distribuição das contas do balanço:

Tabela 2. *Brahma: confronto de ativos e de dívidas, 1896*

Ativo líquido		Dívidas	
1. Terrenos	125:662\$400	Hipotecas (30/6/1896)	250:000\$000
2. Edifícios	636:063\$708	A G. Maschke	19:121\$280
3. Máquinas (30/6/96)	682:387\$965	Herm. Stoltz & Co (Mk 278 223,88)	378:384\$480
4. Equipamentos elétricos	15:913\$986	Credores diversos	157:997\$120
5. Equipamentos a vácuo	131:748\$130	Herr Friederizi	143:647\$740
6. Cuba, barris em depósito	61:734\$765	Herr Schumann	22:878\$690
7. Utensílios de fábrica	40:214\$120	A G. Maschke	19:121\$280
8. Outros utensílios	32:658\$330	Letras de câmbio	57:777\$510
9. Animais de tração	42:657\$860		
10. Restaurante, rua Lavradio	6:600\$000		
11. Caixa e depósitos bancos	26:420\$469		
12. Estoque (malte, garrafas, etc.)	192:340\$610		
Total	1:994:402\$343	Total	1:048:928\$100

Fonte: Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896 (DEUTSCHE BANK).

Podemos resumir da análise do balanço fechado pela Brahma em dezembro de 1896 que as dívidas assumidas até ali comprometiam 52,59% dos ativos líquidos. Do ponto de vista do capital empregado no negócio, as dívidas correspondiam a mais de 100% do valor investido. Tamanho grau de endividamento não escapou aos olhos dos analistas do banco em Berlim e em Hamburgo, os quais desautorizaram a gerência do *Brasilianische* no Rio de Janeiro a conceder o empréstimo.

Na primeira semana de agosto de 1897, os dois bancos alemães trocaram cartas entre si. Em uma delas, a direção do *Disconto Gesellschaft* ponderou ao *Norddeutsche Bank* que, da quantia solicitada por Maschke (800 contos de réis), 250 contos já estavam comprometidos com hipotecas, 380 eram devidos à Herm. Stoltz & Cia. e 140 contos cabiam a Friederizi. Restavam 30 contos que efetivamente poderiam ser

aplicados na cervejaria. Em 12 de agosto, o *Norddeutsche Bank* se pronunciou definitivamente acerca do pedido de empréstimo. Enviou correspondência ao banco no Rio de Janeiro concluindo que a solicitação da Brahma não contava com garantia suficiente para ser atendida. Segundo o documento, a empresa não dispunha sequer de 50% do capital investido necessário para se habilitar ao crédito. Herm. Stoltz, afirmou o banco, por ser sócio da cervejaria, tinha uma posição diferente a respeito do assunto. Para manter as boas relações comerciais com Stoltz, o banco se dispunha a oferecer uma conta corrente à Brahma, de modo que a fábrica pudesse levantar capital de giro. Na terminologia da prática bancária alemã, o banco estava concedendo um *Vorschuss*, ou antecipação em conta corrente.¹³ Na verdade, dispunha-se a assumir, no máximo, o risco de conceder capital de giro, necessário

para a aquisição da matéria-prima; os gastos correntes, enfim. O crédito necessário para um investimento de maior vulto deveria partir de outra fonte, e os dirigentes da Brahma encontraram a solução para seus problemas na emissão de títulos ao portador, coisas que, sabemos, as sociedades em comandita por ações estavam legalmente autorizadas a fazer.

Em 16 de setembro de 1897, emitiu-se a escritura pública de dívida garantida pela emissão de debêntures, no valor unitário de 200 mil-réis, fazendo o total de 700 contos de réis (Rs 700:000\$000). Como credora estava a firma Wille, Schmilinsk & Co., e devedora a George Maschke & Cia.. O prazo de resgate das debêntures se estendia até junho de 1908, com o pagamento, em parcelas semestrais, de juros de 8% ao ano. Maschke ofereceu em garantia os dois prédios da fábrica, situados na Rua Marquês de Sapucaí, maquinismos e equipamentos de fabricação.¹⁴ Os títulos foram colocados à venda na praça financeira do Rio de Janeiro, mas a maior parte, ao que parece, foi oferecida diretamente a membros da comunidade de negócios alemã no Brasil, pois, em 1905, um inventário dos debenturistas da Brahma contava um conjunto de treze portadores dos títulos em circulação, dos quais a família Friederizi possuía 59,75%.¹⁵

O que vinha a ser essa firma Wille, Schmilinsk & Co.? Esse foi, originalmente, o nome comercial da casa importadora-exportadora organizada pelo alemão Theodor Wille e que, com a saída do sócio Schmilinsk, assumiu a denominação que a tornou conhecida pelos contemporâneos e historiadores que examinaram o período: Theodor Wille & Cia. Tra-

tava-se de uma das maiores casas estrangeiras no ramo do comércio do café até a Primeira Guerra. Fora fundada em 1855, por Theodor Wille, tinha escritório central em Hamburgo e, à época do empréstimo concedido a Maschke, respondia pelo segundo lugar entre os exportadores de café da praça de Santos (safa 1897/1898) (MORAES, 1988, p. 120).

Além de exportar café, importar matéria-prima e explorar propriedades agrícolas próprias, a Theodor Wille & Cia. atuava em outros ramos de atividade. Mais uma vez, as fronteiras entre a atividade mercantil, a financeira e, mesmo, a política, não estavam nítidas. Negócios que envolviam a intermediação financeira eram correntes na empresa. Daí a documentação da Brahma revelar o papel da Theodor Wille como intermediária na colocação das debêntures no mercado. Assim como Wille surgirá na Primeira Guerra como agente encarregado de defender os interesses comerciais da Alemanha no Brasil.

Dessa forma, do montante de 700 contos, a Wille, Schmilinsk & Cia. caucionou 95 contos em novembro de 1899, ou seja, afiançou parte da dívida da Brahma (BRAHMA, caixa 67), adquirindo, em consequência disso, direitos de crédito junto à cervejaria. Se necessário, a própria Wille, Schmilinsk & Cia. teria poder de fazer valer os seus direitos sobre 95 contos da dívida assumida pela Brahma.¹⁶ Poderiam, também, ser repassados a outros investidores conforme a conveniência.

Wille surgirá na Primeira Guerra como agente encarregado de defender os interesses comerciais da Alemanha no Brasil

¹³ Cartas do Disconto Gesellschaft ao Norddeutsche Bank, em 3 e 12 de agosto de 1897 (DEUTSCHE BANK).

¹⁴ Extrato do contrato de dívida entre Georg Maschke & Cia. e a Wille, Schmilinsk & Cia., registrado em cartório em 17/12/1897 (BRAHMA, caixa 67).

¹⁵ Desde 1902, John Baptist Friederizi se retirara para a Alemanha, como demonstra o inventário de seus bens (BRAHMA, caixa 65).

¹⁶ Decreto no 177-A, 15/9/1893, art. 44. Por esse artigo, os debenturistas podiam assistir às assembleias gerais e opinar sobre assuntos relacionados à dívida hipotecária que lastreava o lote dos títulos. Também podiam nomear um fiscal para agir em seu nome junto à assembleia geral. Nesses termos, caucionar um lote de debêntures significava exercer os direitos e as obrigações previstos em lei aos portadores de tais títulos (VALVERDE, 1937, p. 350).

O empréstimo de setembro de 1897 foi o passo inicial dado por Maschke na ampliação das instalações da Brahma, mas a necessidade de crédito não se encerrou com essa operação. Cerca de dois anos depois, em vista da oportunidade aberta pela falência do grupo controlador da Cervejaria Babilônia, uma cervejaria de baixa fermentação, a Brahma le-

vantou um empréstimo junto ao *Brasilianische Bank für Deutschland* no valor de 10 mil libras esterlinas (cerca de 322:690\$000, ao câmbio médio de 1899).¹⁷

A escritura da transação foi lavrada a 18 de novembro de 1899 e estabelecia o prazo limite para o pagamento do em-

préstimo em 30 de agosto de 1901, correndo juros de 8,5% aa. Assim, no prazo exíguo de um ano e nove meses, bem diferente dos habituais dez a 15 anos de resgate das debêntures, Maschke pagou a quantia que devia ao banco. Ao se encerrar a operação, as dez mil libras valiam 342:857\$000, contados os juros e a depreciação dos mil-réis.¹⁸

O estudo dessa fase de implantação da Brahma revela que as relações contratuais estabelecidas entre os membros de um grupo de empresas inseridas na comunidade de negócios germânica tiveram papel decisivo no impulso inicial da indústria. Os vínculos entre as empresas eram de natureza variada e complementar: tanto se destinavam à obtenção de financiamento para investimentos, quanto à prestação de serviços e ao treinamento de gerentes.

Esse relacionamento comercial não se construiu a partir de solidariedade política ou simpatia, e sim, por sólidas relações contratuais incentivadas pelas reformas re-

publicanas da legislação comercial. Particularmente, a maior proteção conferida aos direitos dos portadores de debêntures foi decisiva para a escolha dessa forma de financiamento. Nesse ambiente institucional, o banco *Brasilianische* estabeleceu um relacionamento cada vez mais estreito com a Brahma. De início, comprou as debêntures emitidas pela empresa e lhe ofereceu capital de giro; a partir de 1904, quando se deu a conversão da Brahma para o estatuto jurídico de sociedade anônima, o banco se fez acionista. Nada disso parece ter sido parte de um projeto deliberado de incentivar o investimento em atividades produtivas no Brasil, pois o banco manteve como prioridade atuar no mercado de câmbio, de empréstimos aos poderes públicos e no financiamento ao comércio de exportação de *commodities*. No entanto, como os bancos alemães também tinham por diretriz de negócios criar zonas de comércio onde os produtos alemães pudessem ter aceitação, competindo com os rivais ingleses, o relacionamento com a Brahma atendeu aos interesses de ambas as partes, pois a montagem da fábrica se deu com a compra de equipamentos e matéria-prima europeus, particularmente alemães (YOUNG, 1991).

Retornando à discussão das teses de Gerschenkron contida nas primeiras seções deste ensaio, observamos que os bancos ligados à rede de negócios alemães não apresentaram especial disposição em conceder empréstimos diretos a projetos industriais. Nem mesmo as antecipações em conta corrente, com créditos renováveis, foram decisivas para sustentar o nível de investimentos da Brahma. O banco adquiriu para seu patrimônio debêntures da cervejaria e intermediou colocação desses papéis junto a investidores. Essa parece ter sido a princi-

¹⁷ Valor médio do câmbio: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940 (p. 64).

¹⁸ Averbação e extrato referentes ao contrato de empréstimo entre o banco *Brasilianische* e *Georg Maschke & Cia*. Esse contrato estipulava uma pena de 10% sobre o valor do crédito, na hipótese de inadimplência ou atraso no pagamento (BRAHMA, caixa 67).

pal contribuição do *Brasilianische* para o crescimento da capacidade produtiva da Brahma, como, de resto, avalia-se atualmente ter sido essa a contribuição primordial dos bancos alemães na promoção do desenvolvimento econômico da própria Alemanha.

Os bancos que atuavam no mercado brasileiro compraram títulos como debêntures levando em conta as oportunidades de negócios disponíveis no País. Entretanto, não estavam guiados pelo propósito de aprofundar a presença na economia, criando raízes no sistema produtivo doméstico.

Desse modo, para compreendermos a dinâmica dos negócios alemães no Brasil, não podemos nos prender a modelos explicativos, mas buscar reconstituir a trama das relações comerciais entre as empresas.

4. Contratos e conflitos: a comunidade de negócios do capital alemão no Brasil

Em 1904, pouco tempo depois de a Antártica adquirir sua principal rival no mercado cervejeiro paulista, a Bavária, a Brahma providenciava a sua conversão para sociedade anônima.

Em outubro de 1903, a Brahma reuniu seus sócios para discutir a contratação de um novo empréstimo por debêntures, no valor de Rs\$ 800:000\$000 (oitocentos contos), com o objetivo de consolidar a dívida flutuante, resgatando debêntures antigas do empréstimo de 1897 e liquidando o saldo de outras dívidas (JORNAL..., 1903). Simul-

aneamente, estavam adiantadas as negociações para a Brahma comprar a Teutônia, localizada em Mendes, sul fluminense¹⁹.

Liquidada a firma Preiss, Häussler & Cia., sócios solidários da Teutônia, abriu-se o caminho para a incorporação da Cervejaria de Mendes, interior do Estado do Rio de Janeiro, ao patrimônio da Brahma. Ato contínuo, em 30 de agosto de 1904, surgiu a Companhia Cervejaria Brahma, cuja constituição como sociedade anônima fora autorizada por decreto da Presidência da República²⁰. Essa autorização oficial para a funcionar se justificava porque a sociedade anônima que estava se constituindo dedicava-se à fabricação de alimentos²¹.

Era uma resposta ao movimento de concentração regional iniciado pela Antártica Paulista. Agora, a Brahma detinha o domínio quase absoluto sobre o mercado produtor de cerveja de baixa fermentação da capital federal. Seu concorrente mais próximo, a Viveiros & Castro, fabricante da cerveja Polônia, estava longe de representar uma ameaça. No interior do Estado do Rio de Janeiro, restava a Bohemia de Petrópolis, a qual, até onde se sabe, seguiu sendo uma empresa familiar.

Esse jogo de posições foi comentado pelo cidadão inglês J. Wileman, atento aos movimentos do capital alemão no Brasil. No mesmo momento, a diplomacia inglesa usa-

Brahma detinha o domínio quase absoluto sobre o mercado produtor de cerveja de baixa fermentação da capital federal

¹⁹ A Cervejaria Teutônia fora constituída em setembro de 1895, na cidade de Mendes, Vale do Paraíba, às margens do Ribeirão Sant'Ana, de onde captava água para fabricar cerveja e gerar energia. Era servida por uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Quando foi vendida, em 1904, seus equipamentos somavam: três geradores a vapor, sistema de bombeamento com capacidade de 400 litros de água por minuto, equipamento com capacidade para produzir 12 t de gelo/dia, um resfriador de amoníaco, um triturador de cevada para 1t/hora. No contrato de compra, a Brahma efetuou um seguro na importância de 2 milhões e 172 mil marcos alemães, o que pode ser interpretado como a rentabilidade presumida da empresa (BRAHMA, caixa 82; JUNTA COMERCIAL, Prontuário da Cia. Brahma).

²⁰ Atualmente depositado no prontuário da Cia. Brahma, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

²¹ O decreto no 434/1891 revigorou dispositivos contidos na Lei no 3.150/1882, que listava as modalidades de empresas que dependiam de autorização para se constituírem: os bancos de emissão (autorização legislativa), as associações religiosas, os seguros mútuos, as sociedades anônimas destinadas à exploração da produção e comercialização de alimentos e as empresas estrangeiras (essas quatro últimas dependiam, apenas, de autorização administrativo) (MARQUES, 1998).

va todos seus recursos para convencer as autoridades brasileiras a garantir tarifas preferenciais, pelo menos, à cerveja Guinness, cujas propriedades farmacêuticas que lhe eram atribuídas justificariam um tratamento tributário especial. Para Wileman (apud VERSIANI, 1982, p. 50), a incorporação da Cia. Brahma representava um passo adiante no sentido de

empresa assumir o controle total das fábricas de cerveja do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. Podemos dizer que ele estava certo, pois fechava-se o cerco às cervejas européias e, a partir da formação de grandes cervejarias nos principais mercados brasileiros, a

Guinness tenderia a ocupar um lugar cada vez menos expressivo nas vendas de cerveja no País.

Tão logo foi incorporada, começaram as discussões na Cia. Brahma para levantar capital e expandir a empresa. As dívidas antigas, somadas às dívidas absorvidas com a compra da Teutônia, foram saldadas com a emissão de um grande empréstimo por debêntures no valor de Rs\$ 2.000.000\$000 (dois mil contos de réis). Os títulos antigos seriam resgatados por sorteio, os débitos hipotecários seriam saldados. Os planos colocados em curso a partir do segundo semestre de 1904 previam, também, a compra de terrenos contíguos à fábrica na Rua Marquês de Sapucaí, visando a uma expansão futura. Encomendou-se uma nova máquina frigorífica, tipo Linde, junto com outra caldeira.²² Na mesma ocasião, atua-

lizou-se o valor do capital da Brahma. Passou de 900 contos de réis para 5 mil contos de réis. À véspera da Primeira Guerra, a empresa contabilizava o saldo de 780 contos de lotes emitidos de debêntures que ainda pendiam resgate. Em agosto de 1916, em face das dificuldades financeiras do período da guerra, a direção entendeu haver ambiente econômico e político para o lançamento de mais 2.500 contos em debêntures.

Examinando a estratégia de financiamento da Brahma em perspectiva, vemos que o sucesso da colocação de títulos no mercado significava o alongamento das dívidas da empresa para o significativo prazo de até 15 anos a fim de que os empréstimos fossem amortizados²³. Mas, acompanhar as manobras de financiamento da cervejaria requer atenção. Por vezes, o mesmo conjunto de bens serve como garantia para mais de uma emissão de debêntures; um lote de títulos é resgatado e trocado por outro com prazo mais longo. Eventualmente, chamadas de capital dos acionistas injetam recursos na empresa. Raramente se vê empréstimos bancários com garantia hipotecária. Isso não significa que bancos e empresas comerciais inseridos na mesma rede de negócios que a Brahma não tomassem parte nas operações. Na emissão de 1905, os agentes comissionados para emitir os títulos e comercializá-los foram o *Brasilianische Bank für Deutschland* e a *TheodorWille & Cia.*. Mantinham essas empresas relações baseadas em garantias líquidas, como eram as debêntures, títulos que ofereciam vantagens adicionais aos seus emissores, sendo a principal delas a

²² Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 16/11/1905 (JUNTA COMERCIAL).

²³ Para ilustrar o assunto, tomemos o perfil da empresa elaborado pela revista *The Brazilian Year Book*, de J. P. Wileman (1909, p. 695): "(...) Debentures: first mortgage debentures of 200\$ each were issued to the sum of Rs. 2.000.000\$ on December 14th, 1905, bearing 8% interest, paid half-yearly, and amortisation of Rs. 65.000\$ every six months, commencing June 30th, 1907". Fazendo-se as contas, conclui-se que a empresa dispunha de 19 meses para começar a resgatar as debêntures referentes a essa emissão. Após isso, com a amortização de 65 contos a cada seis meses, o resultado é que em 15 anos a empresa teria resgatado o principal do empréstimo (não contabilizados os juros semestrais de 8% aa, pagos semestralmente). Como as finanças da empresa funcionavam com mais de um lançamento simultâneo de debêntures, cada qual garantido, teoricamente, por bens diferentes, conclui-se que a engenharia financeira da Brahma era baseada em empréstimos de baixo risco, com credores dispersos no universo dos portadores de títulos, e prazos escalonados de pagamento.

extensão dos prazos de resgate por vários anos. Não era uma engenharia financeira simples, mas funcionava.

Em meio a transformações aceleradas vividas no mercado de cerveja nas primeiras décadas do século XX, a Brahma também passou por importantes mudanças na sua administração. A conversão jurídica para sociedade anônima trouxe uma nova dinâmica ao processo decisório da empresa. A Brahma deixava de ser um negócio quase pessoal de Maschke, que pouco partilhava as decisões com outros sócios, e assumia a forma mais complexa de uma associação de capitais. Surgiam novos atores políticos, os acionistas e seus interesses.

Em setembro de 1906, Georg Maschke retornou para a Europa. Indicou para a presidência da empresa Johann Friedrich Künning, que vinha participando da direção desde 1904. Künning nascera em Bremen, Alemanha, em 1874, e viera para o Brasil ainda jovem para trabalhar na Herm. Stoltz & Cia., onde ultimamente exercia o cargo de gerente do setor de transporte de cerveja por cabotagem.²⁴

Em 25 de outubro de 1906, reuniu-se a assembléia geral extraordinária dos acionistas para deliberar sobre a mudança nos estatutos e a eleição do novo presidente. Na ata da reunião havia um documento pouco usual nas sociedades anônimas brasileiras daquela época, geralmente dominadas por famílias ou grupos restritos de acionistas. Havia um contrato de gestão, renovável a cada três anos, firmado, de um lado, por representantes do *Brasilianische Bank für Deutschland*, juntamente com o representante dos demais acionistas presentes, e do outro lado, Johann Künning. Eis algumas cláusulas do contrato (BRASIL, 1907):

1. Johann Künning exercerá, em virtude do presente contrato, as funções de presidente da diretoria da Companhia Cervejaria Brahma, com os direitos, atribuições e obrigações que são conferidas ao presidente pelos estatutos da mesma companhia. (...) 7. Johann Künning fornecerá mensalmente ao Conselho Fiscal um relatório por escrito sobre a marcha dos negócios da fábrica e todas as demais informações que lhe forem exigidas pelo Conselho Fiscal.

A mesma assembléia de acionistas elegeu os membros do Conselho Fiscal. Como presidente do conselho foi escolhido Berth Waehnelde, gerente da Theodor Wille, juntamente com Ulisses Vianna, L. A. Gutschow e Louis Gray, todos os três diretores do *Brasilianische Bank* (WILEMAN, 1909, p. 784).

Com apoio político e a atenta supervisão do banco e de outros acionistas de peso, Künning assumia uma empresa em expansão, num dos ramos mais dinâmicos da indústria carioca. Iniciava-se a era Künning²⁵. Não começou como acionista, mas sim administrador. Sua participação no quadro de acionistas se fez com o tempo.

Sabe-se que vivera atriros durante a sua passagem pela Herm. Stoltz & Cia.. Por volta do ano de 1901, Künning se desentendera com o velho Stoltz, que pretendia enviar seu filho Hans para assumir a gerência geral dos negócios no Brasil²⁶. Ao ser escolhido para a presidência da Brahma, Künning começaria a revisar contratos antigos, inclusive, e, sobretudo, os mantidos com a firma de Stoltz de Hamburgo, responsável pelo fornecimento de matéria-pri-

Künning assumia uma empresa em expansão, num dos ramos mais dinâmicos da indústria carioca

²⁴ Justificação de Johann Künning, 11/12/1917 (BRAHMA, caixa 98).

²⁵ O último nome Künning, o neto Hans, deixou a Brahma em 1989 (entrevista à autora).

²⁶ Informação suprimida na versão final do livro dos 50 anos. Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894 (BRAHMA, caixa 95).

ma e equipamentos. Segundo Künning, as cláusulas da convenção firmada por Maschke com Stoltz em 1896, que previam o envio à Brahma das faturas originais dos fabricantes das mercadorias compradas na Europa, não estavam sendo cumpridas. Suspeitava-se de superfaturamento das compras.

Durante todo o ano de 1907, a direção da Brahma tentou obter de Stoltz as faturas originais das compras. Trocaram correspondência e a cervejaria suspendeu os pagamentos previstos como forma de pressionar a empresa de Hamburgo. No ano seguinte, as relações pioraram e o desfecho do caso se deu na justiça alemã.

Os advogados da Brahma alegavam que a empresa vinha sendo lesada há anos

Os advogados da Brahma alegavam que a empresa vinha sendo lesada há anos.²⁷

Como uma de suas primeiras iniciativas, Künning retirou da Herm. Stoltz & Cia. a tarefa de distribuir a cerveja da Brahma pela freguesia costeira. Incumbiu Emil Schmidt, antigo colega na Stoltz, de conduzir a administração do transporte dos produtos por cabotagem. A firma de Schmidt prestou serviços à Brahma até o início da guerra, em 1914, quando foi incluída na lista negra inglesa. A partir de então, Schmidt passou a integrar o corpo da administração da cervejaria, coordenando de dentro da Brahma a distribuição costeira.

5. Crise e negociação: a Primeira Guerra e os investimentos alemães no Brasil

De fato, o período da guerra foi de grande tensão para as empresas alemãs instaladas no Brasil e representou o divisor de águas na comunidade, anteriormente unida por uma intrincada rede de participações societárias cruzadas. A pressão da diplomacia dos Aliados surtiu efeitos sobre os bancos, sobre a Brahma e, de modo mais profundo, sobre os negócios de Theodor Wille.

O ano de 1914 começara com uma tendência de declínio nas vendas das cervejarias nos Estados, revelando uma perspectiva de retração econômica em todo o País.²⁸ Sabia-se que a situação política da Europa era instável, mas não se podia prever que posição o Brasil viria a assumir em meio ao jogo político internacional. Tanto assim era que, em julho de 1914, a Brahma registrou a marca *Alemania*²⁹, que se juntava às mais de 30 marcas de cerveja relacionados no balanço de dezembro 1913³⁰.

Contudo, a exploração comercial dessa marca não foi adiante. Logo nos primeiros dias do mês de agosto de 1914, a notícia do início do conflito na Europa colocou a direção da Brahma em posição de cautela em face dos acontecimentos. A eclosão da guerra fez o País mergulhar em uma grave crise econômica e levou ao colapso, no dia 4 de agosto, a Caixa de Conversão, um dos pilares

²⁷ Lê-se no memorial escrito para constar do processo aberto na justiça: "Está, portanto, agora a Brahma convencida de ter sido há anos lesada em seus interesses por Stoltz na extração das faturas de suas encomendas, o que poderá facilmente ser provado pela comparação das faturas originais em poder de Herm. Stoltz & Cia., com as faturas remetidas por eles à Brahma". Memorial: tradução do documento de abertura de processo contra a H. Stoltz, em Hamburgo, 1909 (BRAHMA, caixa 02).

²⁸ Segundo Fritsch (1988), a economia brasileira experimentava, desde 1913, mais uma crise de liquidez. Situação que se estendeu até 1915, quando o governo abandonou o ortodoxismo monetário. Villela e Suzigan (p. 119) explicaram a má situação da economia em função da crise do comércio exterior, pois os produtos de exportação brasileiros vinham atingindo baixos preços no mercado internacional.

Argumentam, porém, que o quadro de crise do comércio exterior não se alterou antes de 1918.

²⁹ Relação de marcas registradas; instrumento de busca elaborado pela equipe do Acervo Brahma.

³⁰ São estas as marcas relacionadas no balanço de 31/12/1913: cerveja Pilsener, Franziskaner Brau, cerveja Pilsen, chope Rápido Expresso, cerveja Ypiranga, Pilsener Exportação, München, cerveja Guarany, Brahma Porter, Bock Ale, Um Relógio, cerveja Santos Dumont, ABC, Brahma Bock Cristal, Atleta, Babilônia Brau, Cristal, Teutônia Cerveja Pilsen, Teutônia Cerveja München, Excelsior, Castelo, Cavaleiro, Estrela, Frade, água Savoia, Ela, Bull Bock, Brahmina, Colombo, Brahma a rainha das cervejas. Havia na mesma lista, também considerados como marcas registradas, os bares e restaurantes Teutônia, Brahmina, Bock Ale e Brahma (BRAHMA, caixa 93).

res da política econômica de estabilização do câmbio. Com as restrições impostas ao Banco do Brasil para converter notas em ouro, houve corrida de depositantes à Caixa, obrigando o governo a decretar feriado bancário (Fritsch, 1988; Oliveira; Silva, 2001). Ainda que os reflexos da guerra sobre os preços do café não tenham se mostrado imediatamente, eram incertas as perspectivas de exportação do produto enquanto durasse o conflito na Europa.

Em abril de 1914, a diretoria informou aos conselheiros que as vendas haviam sido tão ruins que foram demitidos mais operários do que habitualmente se fazia após o verão. O mau resultado foi atribuído à quase cessação das vendas no norte do País, ao passo que, nas outras regiões, já se notavam sinais de redução da atividade econômica. Ao comparar o período de janeiro a março de 1912 com igual período de 1913, a direção concluiu que os lucros brutos foram reduzidos em 30%. As vendas do setor cervejeiro no Brasil entraram o primeiro semestre de 1914 em ritmo lento, a ponto da produção da Vidraria Santa Marina, a maior fabricante de garrafas do País, estar paralisada, afirmou a diretoria da Brahma aos conselheiros.³¹

A situação econômica geral do País se refletia na venda de cerveja, avaliou a diretoria em relação ao trimestre julho-setembro de 1914.³² Em reação, a Brahma lançou uma nova marca de cerveja de segunda qualidade, a Fidalga, um nome neutro, incapaz de suscitar animosidade. Coube à Fidalga um peso crescente nas receitas de venda da Brahma durante a década que se seguiu ao seu lançamento.

Além da redução no volume geral das vendas e da perda de mercado das marcas mais caras, outro efeito imediato da guerra

foi sentido sobre os custos de produção. Até antes do conflito, a Brahma abandonara seus fornecedores europeus tradicionais, com os quais dispunha da vantagem do pagamento parcelado. Voltou-se para o mercado norte-americano e, em menor grau, ao mercado sul-americano, a fim de suprir suas necessidades de malte e cevada. O lúpulo, anteriormente comprado na Europa, passou a vir do Canadá, via Nova York. Em consequência, a empresa precisou realizar desembolsos à vista, antes do embarque, para conseguir adquirir no mercado norte-americano os produtos de que precisava.³³

Até antes da guerra, a empresa comprava malte da Alemanha, importado via Hamburgo, tendo Theodor Wille e Hans Stupakoff como agentes comerciais. Com a eclosão do conflito, a elevação dos preços internos na Alemanha, associada às dificuldades de navegação, tornou inviável a importação de matéria-prima daquele país. Segundo informou o *Tageszeitung für Brauerei*, um jornal de cervejarias editado em Berlim, o malte no mercado alemão passara, em 1913, de 31 marcos a medida de 100 kg (*Doppelzentner*) para 46 marcos, ao final de 1914.³⁴ A navegação entre a América do Sul e a Europa, que já sofria as consequências da escassez de navios, ficou praticamente impossível a partir de fevereiro de 1915, quando a Inglaterra minou o Mar do Norte (VINHOSA, 1990, p. 43). Essas circunstâncias impossibilitaram a manutenção do comércio da Brahma com fornecedores alemães, qualquer que fosse o bem, desde matéria-prima a peças de reposição.

A empresa comprava malte da Alemanha, importado via Hamburgo

³¹ Relatório ao Conselho Fiscal, 30/4/1914 (BRAHMA, caixa 93).

³² Relatórios da diretoria ao Conselho Fiscal, 1913/1914 (BRAHMA, caixa 93).

³³ Relatório ao Conselho Fiscal referente ao mês de novembro, 20/12/1914 (BRAHMA, caixa 93).

³⁴ *Tageszeitung für Brauerei*, Berlin, 2/3/1915 (BRAHMA, caixa 04).

Em dezembro de 1914, a diretoria da Brahma procurou esclarecer as razões para a existência de atrasos no pagamento de dívidas com fornecedores alemães, as quais incluíam desde matéria-prima a equipamentos. Afirmou Künning aos conselheiros fiscais que os gastos elevados com a compra de matéria-prima nos Estados Unidos, à vista, haviam consumido o caixa da empresa. Por isso, não era possível honrar compromissos assumidos anteriormente com fornecedores alemães.

Em outros termos, Künning informou aos conselheiros da empresa – os quais eram, em certa

medida, também credores da cervejaria, uma vez que havia ali representantes do banco *Brasilianische* e de *Theodor Wille* – que a Brahma não estava conseguindo cumprir os prazos de pagamento das dívidas antigas com seus fornecedores alemães. Fazia isso a despeito da moratória das dívidas privadas, decretada pelo governo brasileiro, em agosto daquele ano, ter permitido o aumento do caixa da empresa, o que não foi reforçado pelo resultado das vendas, que diminuíram no período.³⁵ Muito do que se deixara de pagar aos credores fora destinado ao pagamento dos novos fornecedores norte-americanos.

A pressão do aumento dos custos da matéria-prima se associou à redução no volume de produção afetando a rentabilidade da empresa, queixou-se a diretoria ao Conselho Fiscal³⁶. Uma dívida de 700 mil marcos, ao câmbio de 736 mil-réis/marco, contraída junto ao *Brasilianische Bank* fur

Deutschland em julho, a fim de remunerar tornou inviável, momentaneamente, o pagamento de fornecedores em Hamburgo.³⁷ O dividendo relativo ao exercício de 1913 foi pago em 30 de julho, com o recurso, também, à conta especial mantida pela Brahma no *Brasilianische*, no valor de Rs 300:000\$000 (trezentos contos de réis). O comentário da diretoria sobre a operação foi o seguinte: “o empréstimo que para este fim fizemos com o *Brasilianische Bank*, na importância de Mk 700 mil, ao câmbio de 736 réis, foi um mau negócio, se considerarmos a atual situação do mercado. Quando nós fechamos o negócio, o Brasil estava justamente negociando um grande empréstimo em Londres, tudo estava na perfeita paz e ninguém poderia supor uma tão rápida mudança na situação, que teve por conseqüência a queda do câmbio a 10 1/4 d. Felizmente, o câmbio se tem firmado nestes últimos dias e agora mesmo acabo de saber que talvez se possa comprar cambiais sobre Hamburgo a 785 réis por marco (15d)”.

Com a queda nas vendas, o programa de investimentos, mantido até meados de 1913, começava a pesar sobre as finanças da empresa. Assim, em março de 1915, passado o período de pique das vendas do verão, a diretoria informava ao Conselho Fiscal que o lucro apurado não era suficiente para amortizar a dívida em ouro e o prejuízo com a diferença do câmbio, dado o endividamento com fornecedores e credores estrangeiros.

Para a Brahma, o ano de 1916 se encerrou com a diminuição das vendas e a redução das margens de lucro, devido aos aumentos dos custos e do imposto sobre consumo de cervejas. A situação da empresa

³⁵ Sobre as medidas do governo brasileiro para conter os efeitos do início da guerra sobre a economia brasileira, inclusive a moratória das dívidas privadas, de 30 dias a contar do reinício das operações bancárias em final de agosto, veja-se: Fritsch (1988, capítulo III).

³⁶ Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, fechado a 20 de outubro de 1914 (BRAHMA, caixa 93).

³⁷ O empréstimo da empresa junto ao banco foi de Rs 515:200\$ (700 mil marcos a 736 réis) (BRAHMA, caixa 93).

só não ficou pior porque a diretoria decidiu vender parte do ativo para recompor o equilíbrio financeiro. Em agosto de 1916, a assembléia de acionistas acatou a proposta da direção de vender os terrenos da fábrica Teutônia à Sociedade Comercial e Industrial Suíça, que pretendia instalar ali um frigorífico. Antes de concretizar a venda, foi preciso realizar um novo lançamento de debêntures no valor de 2.500 contos de réis, usando como lastro os bens disponíveis.³⁸ O objetivo era desimpedir os ativos da Teutônia, os quais, em épocas anteriores, haviam sido usados como garantia em lançamentos de outros lotes de debêntures. Ao mesmo tempo, a Brahma pretendia consolidar a dívida flutuante, que resultava de tantas emissões de títulos. Em dezembro, a diretoria computou o saldo líquido da venda de ativos em 2.260 contos de réis.³⁹ Ainda assim, ao se comparar o exercício de 1916 com o de 1917, apurou-se que a diferença entre devedores e credores havia sido reduzida de um saldo positivo de 1,32 para 1,29 contos de réis. Menos mal, entre 1915 e 1916 o saldo positivo caíra de 4 contos de réis para 1,32 contos.⁴⁰ Em favor da cervejaria estava a sua capacidade de levantar empréstimos junto a poupadores lançando mão do recurso das debêntures.

Se, no plano econômico, as expectativas de lucro da direção da Brahma se frustraram, dadas as contingências da guerra, no plano político, o desgaste da imagem da empresa junto ao público se acentuou ao longo do primeiro semestre de 1915,

atingindo seu pior momento na segunda metade de 1917.

No seu conjunto, os investimentos de alemães no Brasil começaram a sentir os efeitos do enfraquecimento de sua sustentação política desde finais de 1914. Dentre todas as firmas ligadas a alemães, a mais controversa, em função do seu profundo envolvimento com o comércio de café, com o fornecimento de mercadorias ao Estado, com a intermediação de empréstimos ao Governo brasileiro e de sua posição de destaque na diplomacia alemã, era a Theodor Wille. Em agosto de 1914, o Itamaraty solicitara ao jurista Clóvis Beviláqua um parecer sobre a nacionalidade de firmas comerciais, com o propósito de responder à consulta feita por Theodor Wille & Cia. acerca das sanções impostas pela diplomacia inglesa a firmas de inimigos. O parecer de Beviláqua foi o fundamento da doutrina adotada pelo Itamaraty durante a gestão do ministro Lauro Müller, no sentido de considerar brasileiras as sociedades comerciais organizadas sob a legislação nacional, fossem quem fossem seus acionistas.⁴¹

A 22 de fevereiro de 1915, o Itamaraty enviou uma minuta aos representantes diplomáticos brasileiros no exterior, a governadores e ministros de Estado. No documento, foi reafirmada a neutralidade brasileira frente ao conflito mundial e tratou-se a questão da nacionalidade das sociedades comerciais com sede no Brasil. Apesar de sua posição de defesa das empresas constituídas sob as leis brasileiras, o Itamaraty considerou que não cabia ao

³⁸ Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 12/9/1916 (BRAHMA, caixa 93).

³⁹ Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 28/12/1916 (BRAHMA, caixa 93).

⁴⁰ Entendiam-se por devedores os portadores de debêntures que ainda deviam parcelas do pagamento dos títulos, o resultado das liliais (Santos e Salvador), o inventário de matérias-primas e o caixa da empresa. Consideravam-se credores os portadores de debêntures, os emprestadores de quantias em conta corrente e demais fornecedores de matérias-primas. Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 14/4/1917, comparação referente à situação apurada em 30/6/1915 e 30/6/1916; Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 10/9/1917, comparação referente à situação apurada em 31/12/1915 e 30/6/1917 (BRAHMA, caixa 93).

⁴¹ Theodor Wille & Cia. solicitara ao Itamaraty que intervisse em favor de empresas brasileiras que vinham sendo impedidas de negociar na praça de Londres saques adquiridos no Brasil em bancos ingleses [Pareceres; 321, 4, 25; AHI]. Lauro Severiano Müller esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores de 15/11/1916 a 2/5/1917 (SENADO FEDERAL).

governo brasileiro apoiar reclamações de empresas, cujos sócios ou acionistas fossem estrangeiros, contra atos de nações beligerantes que os afetassem.⁴²

Eram, portanto, brasileiras as empresas que tivessem por país-sede o Brasil e fossem constituídas sob as leis de registro comercial do País. No entanto, sócios ou acionistas estrangeiros podiam ser objeto de retaliações individuais por parte de nações envolvidas no conflito europeu. Justamente, é a questão da nacionalidade dos acionistas da Brahma um ponto delicado na história da empresa, ao qual retornaremos mais adiante.

Nesse quadro de proteção incompleta de seus interesses, os investimentos alemães no Brasil sofreram mais um abalo em sua sustentação política em março de 1915, quando foi fundada no Rio de Janeiro a *Liga Brasileira pelos Aliados*, presidida por Rui Barbosa. Essa entidade, com o apoio de parte da imprensa da Capital Federal, especialmente o influente *Jornal do Comércio*, teve, nas palavras do historiador Francisco Vinhosa, um papel relevante “para o esclarecimento público sobre as publicações referentes à guerra” (VINHOSA, 1990, p. 24). Uma das estratégias empregadas para levar o governo a abandonar a posição de neutralidade frente ao conflito era fazer ataques pessoais ao ministro Lauro Müller, insinuando em matérias publicadas na imprensa a sua simpatia e seus laços afetivos com a Alemanha.

Não obstante seus críticos, a atuação de Müller no Itamaraty tem sido avaliada de forma positiva por historiadores que examinaram o período. Também analistas contemporâneos, como o jurista Manuel Oliveira Lima e o deputado Dunshee de Abranches, defenderam a posição assumida por Müller. Interpretaram-na como a busca da preservação da soberania do País frente às investidas da diplomacia inglesa. Apesar disso, os ataques à sua pessoa seguiram em crescente, até que a sustentação política do ministro ruiu e ele deixou o governo.

A 2 de maio de 1917, Lauro Müller renunciou ao Itamaraty, dando lugar ao político fluminense Nilo Peçanha, que passou a negociar os termos da aproximação do Brasil com os Aliados (VINHOSA, 1990, p. 85). Apesar da tensão política, a legitimidade da Brahma como empresa nacional não foi abalada.

Enquanto isso, o *Foreign Office* inglês não se voltava contra as grandes cervejarias, no que era acompanhado pela *Liga pelos Aliados*. Ao longo de todo o primeiro semestre de 1917, Wileman publicou várias versões da lista negra inglesa, que passou a incluir conhecidas casas comerciais e indústrias, mas as listas não trouxeram nem a Brahma, nem a Antarctica (WILEMAN'S..., 1917). Também a *Revista Comercial dos Aliados*, na edição de abril de 1917, justificou a não inclusão de grandes firmas industriais da lista negra em função da relevância dos interesses de Aliados em jogo, em muitos dos casos⁴³.

A cena política interna corria sem sobressaltos, mas, no início de setembro, a conjuntura política internacional se complicou para os interesses de alemães na América La-

⁴²Lê-se no documento do Itamaraty que a legislação vigente considerava “brasileiras as sociedades comerciais com sede no país, registradas nas juntas comerciais brasileiras e aqui exercendo sua atividade, qualquer que seja [fosse] a nacionalidade dos indivíduos que a compoem [compusessem]”. No entanto, “(...) o Governo brasileiro não prestará apoio à reclamação que sociedades mercantis, compostas de indivíduos de nacionalidade estrangeira, levantem contra atos de qualquer das Nações beligerantes, senão quando, pelo prévio exame dos fatos e detida apreciação das circunstâncias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a ação dessas sociedades é isenta de quaisquer intuítos políticos” [Correspondência especial; 317.2.3; AHI].

⁴³Vinhosa (1990, p. 57); com base na *Revista Comercial dos Aliados*, de abril de 1917 (publicada pela *Liga pelos Aliados*).

rina. Opositores ao governador de Santa Catarina, em ataques desferidos da tribuna da Assembléia Legislativa catarinense, acusaram-no de organizar um exército separatista.⁴⁴ O temor de um levante alemão nos Estados do Sul ressurgiu. A situação se agravou a partir do dia 8, quando jornais norte-americanos começaram a publicar o conteúdo de telegramas enviados pelo representante diplomático alemão na Argentina, Karl von Luxburg, a Berlim. Esses telegramas, que criticavam com palavras rudes o Ministério das Relações Exteriores argentino, estavam sendo interceptados pelo serviço de inteligência da embaixada dos EUA desde junho e foram decodificados pelo *Foreign Office* britânico. Notícias relativas ao caso Luxburg começaram a surgir na imprensa brasileira, deliberadamente divulgadas pela diplomacia dos Aliados. Frases do embaixador alemão que faziam alusão a um plano de reorganização do Brasil causaram grande impacto.⁴⁵

Naquele mesmo mês, J. Künning se afastou simbolicamente da presidência da Brahma, dando lugar a uma diretoria composta por brasileiros. Assumiu a presidência o advogado Ulisses Vianna Filho. Anos depois, quando a empresa rascunhava o livro comemorativo de seus 50 anos de existência, escreveu-se sobre o episódio da saída de Künning da presidência ironizando o papel que os novos diretores desempenharam:

Esta nova diretoria desempenhou-se perfeitamente de seu papel, acatando sempre com a melhor boa vontade os conselhos que lhe eram dados pela diretoria demissionária. Naturalmente, a concorrência aproveitou a si-

tução para atizar cada vez mais os ódios e a má vontade pública contra a Brahma. Mas a Brahma ficou de pé.⁴⁶

Vale lembrar que a referência aos conselhos dados pela antiga diretoria aos titulares do momento foi suprimida da edição do livro comemorativo do cinquentenário da Cia. Brahma.

Pela primeira vez desde que a guerra iniciara, a direção da Brahma se rendia às circunstâncias e tomava medidas há muito adotadas em outras empresas. A historiografia sobre o período registra vários casos de empresas que “nacionalizaram” sua direção, colocando brasileiros influentes à frente do negócio. Tal se deu com a Bromberg, Hacker & Cia., que, durante a guerra, mudou seu nome comercial para Cia. de Indústrias Têxteis, sob a direção de membros notáveis do Partido Republicano Paulista (VINHOSA, 1990, p. 58.). Outra medida importante consistia em transferir ações para pessoas de confiança, livres de eventuais retaliações políticas. Assim, ao apurar as operações ocorridas no segundo semestre de 1917, percebe-se que a direção da Brahma registrou a transferência de 7.377 ações no interior de seu quadro de acionistas. Só o *Brasilianische Bank für Deutschland* transferiu 3.504 ações, 2.354 delas a Mathilde Moura Vianna. O comerciante Julius Arp transferiu 600 ações a Ruth Barbosa Arp, a firma Herm. Stoltz & Cia. transferiu

A direção da Brahma se rendia às circunstâncias e tomava medidas há muito adotadas em outras empresas

⁴⁴ Frederick C. Luebke (1987), op. cit., p. 156; Com base no *Deutsche Zeitung* (Porto Alegre), 3/9/1917.

⁴⁵ Escreveu o historiador norte-americano Luebke (1987, p. 158): “Rumors soon began to circulate that the Luxburg dispatches also contained references to German intrigue in Brazil. On September 10 and 11, the American ambassador in London, Walter Hines Poge, sent three more decoded messages to Washington with the recommendation that they also be published ‘for the sake of the probable effect in the Argentine Republic and Brazil’. Telegram number 63, dated July 7, 1917, read in part: ‘Our [Germany’s] attitude towards Brazil has created the impression here [Buenos Aires] that our easy-going nature can be counted on. This is dangerous in South America, where the people under thin veneer are Indians. A submarine squadron with full powers to me might possibly still save the situation’”.

⁴⁶ Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894 (BRAHMA, caixa 95, p. 14). Ernesto Diehrichsen assumiu a gerência comercial da Theodor Wille ao emigrar para o Brasil. A época da Primeira Guerra, já havia se convertido em fabricante de tecidos em São Paulo (DEAN, 1981, p. 37).

800 ações a terceiros, e a Theodor Wille & Cia, transferiu 2.422 ações, das quais 1.300 foram parar nas mãos do industrial têxtil Arthur Diedrichsen e do filho deste, Ernesto, o qual recebeu 750 delas.⁴⁷ Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 15/1/1918 (BRAHMA, caixa 93).

Solicitar a nacionalização também era uma estratégia política eficiente, como foi o caso de Antônio Zerenner, principal acionista da Antártica, cujo processo de naturalização foi concluído a 24 de janeiro de 1918 (COVELLO, 1937, v. II, p. 5).

A diplomacia norte-americana adotara a política de permitir o comércio de cidadãos norte-americano com firmas incluídas na lista negra

A 6 de outubro de 1917, o Departamento de Estado norte-americano concluiu a primeira versão da lista de empresas com as quais cidadãos daquele país estavam proibidos de realizar comércio. Foram arrolados 1.524 nomes, dos quais 340 eram relativos ao Brasil (BAILEY, 1942). É possível que Brahma e Antártica estivessem nessa primeira lista, mas nenhum dos autores consultados reproduziu os nomes das empresas proscritas. De toda forma, a diplomacia norte-americana adotara a política de permitir o comércio de cidadãos norte-americano com firmas incluídas na lista negra, mediante autorização prévia do Departamento de Estado (MARTIN, 1925, p. 377). O *Foreign Office* inglês, por sua vez, ao incluir alguma empresa ou pessoa em sua lista negra, proibia terminantemente que cidadãos britânicos continuassem realizando negócios com elas. Foi, justamente, essa a diferença radical de

atitude entre a diplomacia norte-americana e a inglesa, esta última com o apoio francês, que resultou em importante fonte de atrito entre os Aliados durante o período final da guerra.⁴⁸ As tentativas de se elaborar uma lista comum foram infrutíferas.

É bem provável que, no caso da Brahma, estivesse sendo aplicada a política da manutenção do comércio para não ferir interesses de exportadores norte-americanos. Lembremos que desde o início do conflito a empresa vinha adquirindo matéria-prima no mercado de Nova York e essa situação se manteve após o encerramento da Guerra.

Ao *affair* Luxemburg se juntou o torpedeamento do navio brasileiro Macau na costa da Espanha. Eram os ingredientes necessários para o governo brasileiro justificar a declaração de guerra à Alemanha, em 26 de outubro. Como escreveu Francisco Vinhosa, uma onda nacionalista atingiu todo o País (VINHOSA, 1990, p. 153.). Mas as razões para a entrada do Brasil na guerra eram mais complexas e guardavam relação com a perspectiva do cenário político internacional quando o conflito se encerrasse.⁴⁹

Imediatamente após a declaração de guerra, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que lhe previa de meios para tomar as medidas necessárias. Os partidários da *Liga pelos Aliados* encontraram na Câmara um moderador insuspeito, o deputado socialista Maurício de Lacerda. Durante os debates, o deputado Gonçalves Maia se referiu a Theodor Wille como o representante dos interesses alemães no Brasil, “o seu ministro, o seu cônsul, o seu almoxarife, o homem que paga” (ANAIS..., 1917, v. IX). O ressentimento contra Wille vinha de longe,

⁴⁷ Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 15/1/1918 (BRAHMA, caixa 93).

Ernesto Diedrichsen assumiu a gerência comercial da Theodor Wille ao emigrar para o Brasil. À época da Primeira Guerra, já havia se convertido em fabricante de tecidos em São Paulo (DEAN, 1981, p. 37).

⁴⁸ As outras atualizações da lista negra norte-americana dataram de 15 de março, 20 de abril e 13 de dezembro de 1918. Em abril, o *War Trade Board* norte-americano arrolou 460 nomes de empresas no Brasil (BAILEY, 1942).

⁴⁹ Para Vinhosa (1990, p. 122), o governo brasileiro nutria a pretensão de assumir uma posição de liderança na América Latina, assim como desejava ser capaz de opinar em favor de seus interesses quando chegasse a paz.

desde o esquema de comercialização do café previsto pelo Convênio de Taubaté, que estabelecera cotações inferiores aos produtos fluminense e mineiro. Na época, coube a Wille coordenar a compra do café no porto do Rio. Agora, os parlamentares pró-Aliados defendiam a elaboração de uma lista negra brasileira. Lacerda não se cansava de repetir seu ponto de vista: "a guerra se faz entre os Estados, não se faz entre súditos (...) limitar as relações entre indivíduos de um país e súditos de beligerante, dentro do território neutro e onde vigora a lei territorial desde, é ato de ditadura, é abuso de força (...)" (ANAIS..., 1917, v. IX).

A forma como o deputado Lacerda percebia a conjuntura internacional o aproximava da posição assumida pelo Itamaraty. Com o agravamento da crise política, intensificaram-se as pressões dos Aliados para suprimir os negócios de alemães no Brasil, especialmente os bancos e seguradoras. O governo brasileiro se limitou a colocar os bancos alemães sob regime de fiscalização especial, mas permitiu sua reabertura em 5 de novembro, sob fiscalização do Ministério da Fazenda. Medida julgada insuficiente pelos Aliados, pois a edição de junho de 1917 da *Revista Comercial dos Aliados* (apud VINHOSA, 1990, p. 146) apontara a liquidação dos interesses comerciais alemães no Brasil como a maior contribuição que poderíamos dar ao esforço de guerra aliado, e a perpetuação da presença alemã na economia brasileira levaria, ao longo do ano de 1918, ao agravamento das tensões diplomáticas entre norte-americanos, ingleses, franceses e italianos, unidos no front militar, mas rivais no que se refere aos mercados latino-americanos.⁵⁰

Ao final de 1917, nem a reação do deputado Lacerda às investidas dos que defendiam a supressão dos negócios alemães no País, tampouco a resistência do Itamaraty às pressões dos aliados no mesmo sentido alcançaram as pessoas nas ruas,⁵¹ que, naturalmente, desconheciam a batalha dos bastidores. A opinião pública estava totalmente voltada contra a Alemanha. Passado o período do feriado de finados, o conflito tomou conta das ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades. Na madrugada de 3 para 4 de novembro, uma multidão saiu às ruas do Rio, destruindo tudo aquilo que estivesse associado à Alemanha e a alemães. O *Correio da Manhã* do dia 4 abriu a edição com a notícia sobre os tumultos da madrugada e sobre os boatos de que os alemães estariam promovendo intrigas para criar antagonismos entre brasileiros e portugueses (CORREIO DA MANHÃ, 4 nov. 1917). A revolta popular, propriamente dita, teve início no final da tarde do dia 3, e se estendeu pela madrugada. O luxuoso Bar da Brahma, na Avenida Central, foi uma das vítimas da multidão furiosa. Também houve tumultos e depredações em Petrópolis e Porto Alegre.

Dez dias depois, a direção da Brahma fez publicar nos principais jornais da capital federal um comunicado ao público. No documento, acusava a concorrência de distribuir pela cidade panfletos e de promover a publicação de notícias fantasiosas em jornais, que tratavam a Brahma como uma empresa alemã. Assegurou que mais da metade do seu capital social pertencia a bra-

O luxuoso Bar da Brahma, na Avenida Central, foi uma das vítimas da multidão furiosa

⁵⁰No começo de outubro de 1918, o Departamento de Estado tomou conhecimento de que o Foreign Office estava agindo para assumir a posse dos bancos alemães no Brasil. A diplomacia norte-americana reagiu prontamente: qualquer medida nesse sentido dependia de acordo com os EUA (Citado por Vinhosa (1990, p. 144); com base na carta do secretário de Estado interino, Frank Polk, ao secretário de Tesouro, 11/10/1918; (FOREIGN..., 1918)).

⁵¹Em memorando datado de 3 de novembro de 1917, o ministro britânico Arthur Peel sugeria às autoridades brasileiras, em termos explícitos, que fossem adotadas medidas no sentido de prejudicar os interesses alemães no Brasil (Vinhosa (1990, p. 147), com base nos arquivos do Itamaraty, AHI, 285-2-11).

sileiros, que a empresa fora constituída segundo as leis brasileiras e que tinha grande importância como compradora de fornecedores nacionais. Seus empregados eram 95% brasileiros e apenas seus fundadores tinham sido alemães. Ulisses Vianna assinou o manifesto, na qualidade de presidente da companhia (CORREIO DA MANHÃ, 23 nov. 1917).

O decreto aprovado pelo Congresso no dia 15 de novembro continha brechas legais que permitiam um eventual confisco de bens de cidadãos inimigos

Não bastante, a 11 de dezembro, Johann Friedrich Künning encaminhou ao juiz federal da 2ª Vara da capital um documento intitulado *Justificação*. Nele, Künning resume sua trajetória pessoal de imigrante, chegado ao Brasil em maio de 1891. Alguns anos depois ingressara na Herm. Stoltz do Rio, de onde saíra para presidir a Brahma, em 1907. Casara-se com a alemã Katie, com quem tivera quatro filhas, todas elas nascidas no Brasil e registradas apenas em cartórios brasileiros. Anexou ao documento uma certidão de Nacionalidade Brasileira, expedida pela polícia carioca no dia 3 de dezembro de 1917, atestando ter residência fixa, filhas brasileiras e propriedades no País (BRAHMA, caixa 98). Bem, Künning omitira na sua *Justificação* a existência de seu filho Heinrich, nascido em 1907 e que, à época da guerra, estudava na Alemanha⁵². Mas Heinrich, que viria a ser presidente da Brahma a partir de 1941, não passava de um menino na época da Primeira Guerra.

Tamanha preocupação em defender a nacionalidade da empresa e de seus gestores se justificava? Parece que sim. O decreto aprovado pelo Congresso no dia 15 de novembro, regulando o estado de guerra e de sítio

para todo o território nacional, continha brechas legais que permitiam um eventual confisco de bens de cidadãos inimigos. O artigo terceiro definia os atos cabíveis ao governo a título de represália. Era complementado por outro artigo nos seguintes termos (ANAIS..., 1917, vol. XI, p. 75):

Art. 6.º: Os estabelecimentos comerciais ou industriais, associações, sociedades, inclusive as anônimas, bancos, usinas ou armazéns, serão considerados de propriedade inimiga sempre que totalidade do respectivo capital, ou a sua maior parte, pertencer a súditos inimigos, qualquer que seja a respectiva sede, no Brasil ou no estrangeiro.

Em suma, conforme a conveniência política, haveria amparo legal para o governo confiscar bens de cidadãos alemães, a exemplo da maioria dos acionistas da Brahma. Apesar disso, os investimentos alemães no Brasil sofreram poucas perdas decorrentes da guerra em comparação com o destino dado a capitais germânicos na Europa e nos EUA (YOUNG, 1988). Mas isso foi constatado ao término do conflito.

Durante o ano de 1917, com o acirramento da tensão política que levou o Brasil a ingressar na guerra, a preocupação dos dirigentes da Brahma era precedente, pois os escassos registros preservados de acionistas da empresa revelam a preponderância do banco *Brasilianische Bank für Deutschland*, bem como de cidadãos alemães, no universo dos acionistas da Brahma. Quando do aumento de capital efetuado em outubro de 1912, por exemplo, o *Brasilianische* subscrevera 51,5% das 25 mil ações emitidas, seguido de Heinrich Holck, com 12%, e Johann Künning, com 9,3%. O restante se pulverizou entre 15 outros acio-

⁵² Em entrevista à autora, Hans Heinrich Künning comentou a infância de seu pai, Heinrich Künning: "Meu pai era de 1907 e veio para o Brasil em 1928. Nasceu na Alemanha, durante uma viagem dos meus avós e veio para o Brasil com três meses. Naquela época, quando se viajava para a Europa era de navio, uma operação de seis meses. Suiu do Brasil com 8 ou 10 anos, foi para a Alemanha, fez colégio todo na Alemanha. Em 1928, com 21 anos, veio para cá".

⁵³ Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, prontuário da Cia. Brahma. Lista de subscritores do aumento do capital da Cia. Brahma, 18/10/1912. Também publicada, junto à ata da assembleia geral ordinária de acionistas, no Diário Oficial, de 12/12/1912.

nistas.⁵³ Explorando o *Acervo Brahma*, encontramos um livro de registro de transferências de ações, relativas ao período de 1917 a 1929. Como amostra, tomamos 58,9% dos registros de transações ocorridas entre julho de 1918 e julho de 1921. O saldo das ações por titulares encontrado foi o seguinte: cabiam ao *Brasilianische Bank für Deutschland* 34,54% das ações no universo examinado, *Theodor Wille & Cia.* respondia por 8,62%, a *J.Kunning* correspondiam 6,28%.⁵⁴ Dados que revelam que uma parcela importante da comunidade de negócios alemã no Brasil participava do capital acionário da Brahma.

Em outros termos, tomando-se em conta as fontes mencionadas anteriormente, constata-se o peso do *Brasilianische Bank für Deutschland* no conjunto dos acionistas da Brahma entre 1912 e julho de 1921. Logo, durante o período da guerra, era correta a percepção dos críticos da Brahma de que capital alemão predominava na composição da empresa. A empresa estava vulnerável às vicissitudes do relacionamento entre a diplomacia brasileira e a dos Aliados, e negociou garantias com as autoridades brasileiras, enquanto reformulava a sua imagem pública, expressa na propaganda, abandonando vínculos simbólicos com a tradição cervejeira alemã.

Ora, nacionalizar a imagem não foi uma estratégia exclusiva da Brahma. Após 1919, nacionalizar a imagem ou a propriedade dos investimentos alemães, diretos ou indiretos, em forma acionária ou societária, foi a tônica do capital alemão em várias partes da América Latina onde estava presente. Isso foi adotado como salvaguarda contra as cláusulas do Tratado de Versaillles que previam o eventual confisco de investimentos

alemães fora da Alemanha, para fins de ressarcimento de guerra (RINKE, 1996, p. 53-54). Esse processo de nacionalização pode ter tomado vários caminhos, desde a transferência da administração a cidadãos nacionais, como se deu na Argentina em muitos casos, até a reformulação da imagem da empresa sem promover alterações no controle acionário, como foi o caso da Brahma ao longo dos anos 20.

6. Comentários finais

O ensaio buscou traçar a historicidade do relacionamento entre a Brahma e outras importantes empresas pertencente à rede de negócios alemã em atividade no Brasil. Por historicidade entendem-se as várias fases dos ambientes de negócios e institucional existentes no período, suas marchas e contramarchas.

Embora seja sugestivo pensar no capital bancário como um instrumento de promoção do desenvolvimento, considerando o crédito como um vínculo entre os investidores e os agentes produtivos, a avaliação do papel dos bancos estrangeiros no crescimento de projetos industriais deve levar em conta os condicionantes da atuação desses bancos no Brasil. Assim como no caso alemão, a relação entre bancos e indústria, no Brasil, se construiu gradualmente, ao sabor dos rumos da economia e das oportunidades de negócio alternativas. Sempre amparados por sólidos contratos, os bancos alemães exerceram papéis im-

A empresa estava vulnerável às vicissitudes do relacionamento entre a diplomacia brasileira e a dos Aliados

⁵⁴ Consideramos 58,9% das ações negociadas entre 26/7/1918 e 26/7/1921. As ações podiam pertencer ao indivíduo ou estar sob a sua guarda, mediante procuração para agir em nome do proprietário. De toda forma, o peso do voto do acionista era determinado pelo número de ações pelas quais ele respondia, fossem elas suas ou de terceiros. No caso do *Brasilianische*, apenas 13% das ações registradas sob a sua responsabilidade pertenciam a outras pessoas; para *J. Kunning*, 27% das ações que apareciam sob nome, na verdade, pertenciam a outras pessoas, em sua maioria, a *H. Stupakof*, de Hamburgo; em outro banco estrangeiro, o *Banco Alemão Transatlântico*, todas as ações que negociara pertenciam a membros de uma família, a *Richter* (*BRADMA*, Livro de transferência de ações da *Cia. Brahma*).

portantes no crescimento de projetos industriais da comunidade de negócios a que pertenciam, sem que esse envolvimento representasse assumir o risco elevado de conceder empréstimos garantidos por hipotecas.

No entanto, se foi decisivo para a Brahma obter capital de giro e conseguir investidores dispostos a adquirir as debêntures que emitia, na conjuntura política adversa da guerra, a pro-

ximidade da empresa com o *Brasilianische* deixou de ser conveniente. Nos anos que se seguiram ao conflito, a Brahma se tornou maior do que o banco e buscou fórmulas independentes para solucionar os seus problemas. Os vínculos acionários permaneceram, mas até mesmo o gerente indicado pelo banco, J. Künning, se desvincilhou do controle do banco e colou sua trajetória pessoal, e de sua família, à da empresa que presidia.

Referências bibliográficas

- ANAIIS da Câmara dos Deputados. 16 a 31 de outubro de 1917. (v. IX).
 _____. 14 a 30 de novembro de 1917. (v. XI).
 ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1939/1940.
 ARAÚJO, João Lizardo; MELO, Hildete; MARQUES, Teresa Cristina N. Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: O Caso da Cervejaria Brahma. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 3, p. 535-568, jul-set 2003.
 BAILEY, Thomas. *The policy of the United States toward the neutrals, 1917-1918*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1942.
 BRAHMA. Acervo Brahma. Memorial de abertura de processo de litígio entre a Cia. Cervejaria Brahma e Herm. Stoltz & Cia, 1909. Caixa 02. Alemão.
 _____. Acervo Brahma. Memorial: tradução do documento de abertura de processo contra a H. Stoltz, em Hamburgo, 1909. Caixa 02. Alemão.
 _____. Acervo Brahma. *Tageszeitung für Brauerei*. Berlin, 2/3/1915. Caixa 04. Alemão.
 _____. Acervo Brahma. Caixa 65. Português.
 _____. Acervo Brahma. Caixa 67. Português.
 _____. Acervo Brahma. Extrato do contrato de dívida entre Georg Maschke & Cia. e a Wille, Schmiliniski & Cia., registrado em cartório em 17/12/1897. Caixa 67. Português.
 _____. Acervo Brahma. Caixa 82.
 _____. Acervo Brahma. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatórios da diretoria ao Conselho Fiscal, 1913/1914. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatório ao Conselho Fiscal, 30/4/1914. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, fechado a 20/10/1914. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatório ao Conselho Fiscal referente ao mês de novembro, 20/12/1914. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 12/9/1916. Caixa 93. Português.
 _____. Acervo Brahma. Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 28/12/1916. Caixa 93. Português.

- _____. Acervo Brahma. Relatório da diretoria ao Conselho Fiscal, 15/1/1918. Caixa 93. Português.
- _____. Acervo Brahma. A Brahma de 1894 a 1934. Caixa 95. Português.
- _____. Acervo Brahma. Alguns detalhes para os apontamentos desde 1894. Caixa 95. Português.
- _____. Acervo Brahma. Caixa 98. Português.
- _____. Acervo Brahma. Justificação de Johann Künning, 11/12/1917. Caixa 98. Português.
- _____. Acervo Brahma. Livro de transferência de ações da Cia. Brahma.
- _____. Relação de marcas registradas. Instrumento de busca elaborado pela equipe do Acervo Brahma.
- BRASIL. Decreto nº 434, de 4 de julho de 1891.
- _____. Decreto nº 603, de 20 de outubro de 1891.
- _____. Decreto nº 6.362, de 7 de fevereiro de 1907. *Coleção de Leis do Brasil. Atos do Poder Executivo.*
- CAMERON, Rondo. Introduction. In: CAMERON, Rondo. *Banking and Economic Development.*
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CORREIO DA MANHÃ. 23 nov. 1917.
- _____. 4 nov. 1917.
- COVELLO, A. *O caso Zerener, o destino de uma herança.* São Paulo: Cultura Moderna, 1937. (v. II).
- CRAIG, Gordon. *Germany, 1866-1945.* New York: Oxford University Press, 1978.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* 1981.
- DEANE, Phyllis. *The First Industrial Revolution.*
- DEUTSCHE BANK. Historisches Institut. Berichten der Direction (Relatórios da Diretoria), vários anos.
- _____. Historisches Institut. Carta de Georg Maschke a Heinrich Hoelck, 9/7/1896. KI/146.
- _____. Historisches Institut. Balanço da Cervejaria Brahma, 30/12/1896. KI/146.
- _____. Historisches Institut. Cartas do Disconto Gesellschaft ao Norddeutsche Bank, em 3 e 12 de agosto de 1897. KI/146
- EDWARDS, Jeremy; OGILVIE, Sheilagh. Universal Banks and German Industrialization. *Economic History Review*, v. 49, n. 3, 1996.
- FOREIGN Relations of the United States (FRUS). Sup. 2, p. 352, 1918.
- FRITSCH, Winston. *Brazil and the Great War, 1914-1918.* Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Economia, 1988. (Texto para Discussão, n. 62).
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective.* Cambridge: Harvard University Press, 1966.
- HANLEY, Anne Gerard. *Capital Markets in the Coffee Economy: Financial Institutions and Economic Change in São Paulo, Brazil, 1850-1905.* 1995. Tese (Doutorado em História)—Stanford University, 1995. Texto digitado.
- HERRIGEL, Gary. *Industrial Constructions. The Sources of German Industrial Power.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JORNAL DO COMÉRCIO. 10 out. 1903.
- JUNTA COMERCIAL (Rio de Janeiro). Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 16/11/1905.
- _____. Prontuário da Cia. Brahma.
- KINDLEBERGER, Charles P. *A Financial History of Western Europe.* New York: Oxford University

Press, 1993.

LANDES, David. *The Unbound Prometheus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LINS, Ivan Lins. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

LLOYD, Reginald. *XXth Century Impressions of Brazil*. London: Lloyd's Greater Britain Pub., 1913.

LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil. A comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Junta Comercial: história e transformação do comércio*. 1998.

_____. *No tempo do Chopp: a cerveja e a cidade do Rio de Janeiro. A trajetória da Cervejaria Brahma entre 1888 e 1933*. São Paulo: Hucitec, 2004. No prelo.

_____; OLIVEIRA, Maria Teresa. *Inovação de produto ou saída para a crise? O lançamento da cerveja Brahma Chopp no verão de 1934*. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. VI.1, p. 87-120, 2003.

MARTIN, Percy Alvin. *Latin America and the War*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1925.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933. (v. III).

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. 1988. Tese (Doutorado em História)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, Maria Teresa R.; SILVA, Maria Luiza F. *O Brasil no padrão-ouro: a Caixa de Conversão de 1906-1914*. 2001.

NEUBURGER, H; STOKES, H. German Bank and German Growth, 1883 – 1913, an Empirical View. *The Journal of Economic History*, vol. XXXIV, n. 3, p. 710-731, Sept. 1974.

RIESSER, J. *The Great German Banks and their concentration*. Washington: USGPO, 1911.

RINKE, Stefan. *Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1922*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag, 1996.

SAES, Flávio A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Série Ensaio Econômicos).

SAES, Flávio A. M.; SZMRECSÁNYI, Tamás. *El papel de los bancos extranjeros en la industrialización inicial de São Paulo*. In: MARICHAL, Carlos (Coord.). *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. *O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 191-219, 1985.

SENADO FEDERAL. *Fundação Casa de Rui Barbosa. O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930*.

SOUZA, Inglês de. *Títulos ao portador no direito brasileiro*. 1898.

SYLLA, Richard. *Finance and Economic Growth: Three Decades Post-Cameron*. In: XIIIth World Congress of Economic History, Finance and the Making of the Modern Capitalist World, 1750-1931. Sevilla: Fundación El Monte, 1998.

TILLY, Richard. *Germany, 1815-1870*. In: CAMERON, R. (Org.). *Banking in the Early Stages of Industrialization*. London: Oxford University Press, 1967. p. 151-182.

_____. *Mergers, External Growth, and Finance in the Development of Large-Scale Enterprise in Germany, 1880-1913*. *Journal of Economic History*, vol. XLII, n. 3, p. 630-658, Sept. 1982.

VALVERDE, Trajano Miranda. *Tratado de Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Borsoi & Cia., 1937.

VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. *Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912*. Brasília: UNB, 1982. (Texto para Discussão, n. 78).

- VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política do Governo e crescimento da economia brasileira*.
- VINHOSA, Francisco. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
- YOUNG, George. Los bancos alemanes y la inversión directa alemana en América Latina, 1880-1930. In, MARICHAL, Carlos (Coord.). *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- _____. German Capital Investment in Latin America in World War I. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft, Lateinamerikas*. Colônia: Bohlau Verlag, 1988. (Band 25).
- _____. Anglo-German Banking Syndicates and the Issue of South American Government Loans in the Era of High Imperialism, 1885-1914. *Sonderdruck aus Bankhistorisches Archiv, Zeitschrift für Bankgeschichte*, Heft 1/1990, pp. 3-38.
- _____. British Overseas Banking in Latin America and the Encroachment of German Competition, 1887-1914. 1991.
- _____. German Banking and German Imperialism in Latin America in the Wilhelmine Era. *Sonderdruck aus Ibero-Amerikanisches Archiv. Zeitschrift für Sozialwissenschaften und Geschichte*. Heft 1-2, Jahrgang 18, 1992.
- WILEMAN, J. P. *The Brazilian Year Book*, 1909.
- WILEMAN'S Brazilian Review. 1. sem. 1917.

